

TERMO DE REFERÊNCIA

PMSPA
Proc. N° 6754
Folha N° 41
Rubrica

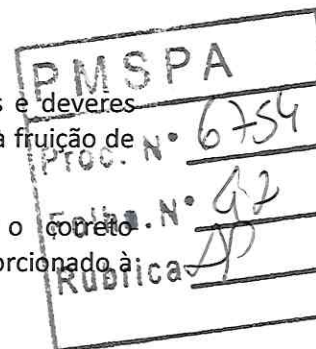
1. DO OBJETO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual Locação de 13 Veículos tipo ÔNIBUS URBANO com ar e sem ar, com motorista e combustível para atendimento específico ao Transporte Público de Passageiros no Município de São Pedro da Aldeia, conforme condições quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, a fim de atender ao transporte rodoviário coletivo municipal de passageiros.

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A presente contratação de pessoa jurídica especializada para Locação de Veículos tipo ÔNIBUS URBANO com motorista e combustível para atendimento específico ao Transporte Público de Passageiros no Município de São Pedro da Aldeia, conforme especificações neste Termo de Referência, justifica-se para evitar que haja a interrupção na prestação do serviço seja por possíveis e eventuais paralisações atual concessionária, seja por necessidade de ampliação dos itinerários.
- 2.2. O público alvo a ser atendido é a população do município que, por décadas, restou mal atendida pelo serviço de transporte coletivo, seja pelo fato de residirem em locais mais afastados, seja pela insuficiência de horários das linhas ou mesmo por não disporem de dinheiro para se locomover de ônibus e pagar o valor da tarifa sem que isso compromettesse o orçamento familiar para subsistência.
- 2.3. Destaque-se que o Município de São Pedro da Aldeia possui vasta extensão territorial (332,922 km²), correspondente a mais que o somatório da extensão dos municípios vizinhos - Iguaba Grande (53,601 km²), Arraial do Cabo (152,305 km²) e Armação dos Búzios (69,287 km²), possuindo, ainda, segundo dados do IBGE, mais de 106 mil habitantes em todo o território.
- 2.4. Logo, para atendimento da população tornou-se necessário dispor de um quantitativo suficiente de veículos para assegurar o pleno atendimento das pessoas suprimindo todas as necessidades de locomoção pelo território municipal, já que foram projetadas em realidade diversa, no passado, e sem que se previsse o grande crescimento populacional de São Pedro da Aldeia e o desenvolvimento de outras regiões de cidade.
- 2.5. As linhas municipais operadas não objetivam lucro, mas tão somente atender a população, em especial a mais pobre, que outrora não dispunha de condições de utilizar o serviço pago de transporte, seja pela ausência de recursos ou pelo fato das linhas concedidas no passado não atenderem tais regiões da cidade. A falta de ônibus para atender parte considerável da população impõe um prejuízo diário e irreversível para as pessoas que dependem do transporte coletivo para o deslocamento casa-trabalho-casa, para se dirigirem a hospitais públicos e postos de saúde, dentre outras situações do cotidiano.
- 2.6. A falta de coletivos necessários para atender a população aldeense viola frontalmente o **princípio da continuidade do serviço público, materializado no artigo 6º, § 1º, da Lei n.º 8.987/95**, bem como ao **princípio da proporcionalidade (subprincípio necessidade)** causando gravíssimo prejuízo ao interesse público primário, posto que inviabiliza a utilização de um serviço considerado essencial pela Constituição Federal.
- 2.7. O artigo 6º da CRFB/88 define que o transporte público é um direito e um serviço essencial que deve ser organizado e prestado pelo Estado. A inserção de um direito ao transporte guarda sintonia com o objetivo de assegurar a todos uma efetiva fruição de direitos, mediante a garantia do acesso ao local de trabalho, bem como aos estabelecimentos de ensino, serviços de saúde e outros serviços essenciais, assim como ao lazer, sem falar na especial consideração das pessoas com

deficiência e dos idosos, resulta evidente e insere o transporte no rol dos direitos e deveres associados ao mínimo existencial, no sentido das condições materiais indispensáveis à fruição de uma vida com dignidade.



2.8. De outro turno, cumpre consignar que é indispensável ao interesse público manter o efetivo dos coletivos, a fim de que sejam mantidos regularmente os itinerários, proporcionando à população um transporte urbano eficiente, conforme demonstrativos abaixo:

2.8.1. Da Operação:

- Tempo de Manutenção dos Veículos;
- Tempo de Reparo Utilizando a Apólice do Seguro;
- Tempo de Entrega de Peças e Pneus;
- Quantidade de Servidores Afastados e readaptados (contrato temporário de motoristas);
- Garagem não construída.


2.8.2. Do Custo:

- Pneus, peças, pessoal (despachante, motorista, apontador)
- Aquisição de ônibus
- Diesel, Arla e Óleo
- Seguro
- DPVAT
- Quilometragem Ociosa
- Manutenção (tacógrafo, lavagem)
- Depreciação
- Monitoramento da Frota
- Responsabilidade Civil
- Multa
- Dedetização

2.9. Os objetos relacionados nos itens 2.8.1 e 2.8.2 estão demonstrados no processo nº 5163/2022 que trata de viabilidade/vantajosidade.

2.10. Ademais, considerada a peculiaridade do mercado, a atividade de abastecimento de combustíveis atinentes aos veículos seria mais viável, caso estabelecida como obrigação e responsabilidade da empresa a ser contratada. Primeiramente, por razões de logística, uma vez que a iniciativa privada já possui todo procedimento específico de abastecimento de seus ônibus próprios, de modo que a ruptura nos procedimentos de rotina poderia também interferir no interesse das empresas ao apresentar suas pesquisas de mercado, às quais interferirão diretamente na justificativa de valor, bem como na razão de escolha do fornecedor, tal como disposto no artigo 26, parágrafo único, da lei 8.666/93. Além disso, a futura e eventual contratação em tela justifica-se em razão da essencialidade do serviço de transporte, devendo ser adequado, eficiente e sem interrupção.

2.11. Com a interrupção do atual contrato de concessão, torna-se necessária a contratação deste serviço de Locação de Veículos tipo ÔNIBUS URBANO, com motorista e combustível, que possui característica de serviço continuado essencial, não podendo ser paralisado, sob pena de prejuízo aos munícipes.

PMSPA
Proc. N° 6754
Folha N° 63
Rubrica 

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 3.1. A futura e eventual contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço de Locação de Veículos tipo ÔNIBUS URBANO deverá observar todas as cláusulas do presente Termo de Referência (TR), bem como do Instrumento Convocatório para o certame licitatório;
- 3.2. A legislação adicional aplicável à contratação do objeto do presente TR encontra amparo legal na Lei nº 8.666/1993 e na Lei nº 10.520/2002.
- 3.3. A economicidade é um ponto basilar, estruturante e fundamental das contratações e dever da Administração, sendo que a sua violação, além de se traduzir em prejuízo para o Poder Público, também afronta ao Princípio da Legalidade, bem como ao da eficiência dos atos da Administração, impedindo-a da busca do seu fim maior, que tem como base, dentre outros princípios, o atendimento do interesse público, ou seja, o Princípio da Supremacia do Interesse Público.
- 3.4. No entanto, não se pode deixar de considerar a relação entre os demais princípios regedores das contratações públicas, pois os mesmos não funcionam isoladamente, incólumes; pelo contrário: são parcelas de uma engrenagem que rege a Administração Pública, sendo estreita a relação entre economicidade, legalidade e eficiência, pois não basta, apenas, a persecução da melhor proposta, mas esta tem que ser atingida, também, de maneira eficiente na gestão dos recursos, tendo em vista o binômio custo-benefício.

4. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

- 4.1. Contratação de empresa especializada na Locação de Veículos tipo ÔNIBUS URBANO com motorista e combustível, por quilometragem rodada, para atendimento aos itinerários de linhas municipais, considerando as seguintes características:
- Capacidade de 53 a 83 passageiros sentados e em pé;
 - 11 veículos com ar condicionado e 02 sem ar condicionado;
 - Mínimo de duas portas, sendo uma de acessibilidade a PPD por elevador automático;
 - Roleta, tipo catraca com contagem de entrada de passageiros;
 - Tacógrafo com disco de 01 (um) dia;
 - Câmeras de Monitoramento;
 - Preparação para validadores para sistema de bilhetagem eletrônica;
 - Pintura ou Adesivagem no padrão a ser determinado pela Administração.;
 - Ano de fabricação e modelo de no mínimo 2017/2018;
 - Sistema de Georreferenciamento.
- 4.2. Poderão ser locados 13 ônibus. O quantitativo ora relatado decorre da análise para a redução nos intervalos de atendimento visando o cumprimento dos preceitos da eficiência e eficácia.
- 4.3. As linhas e os números de viagens poderão ser alterados pela Administração conforme necessidade da operação, desde que obedeça ao quantitativo de quilometragem previsto na memória de cálculo.



5. DAS CONDIÇÕES DE USO E FUNCIONAMENTO

5.1. Da Adesivagem/Pintura:

5.1.1. A **CONTRATADA** é responsável por disponibilizar os veículos adesivados ou pintados no padrão a ser determinado pela Administração.

5.2. Do Valor para Locação de Veículo com Motorista e Combustível:

5.2.1. Será considerado o valor informado por veículo, por mês, estando incluídos todos os valores incidentes tais como: impostos, taxas, fretes, seguro total para os veículos, combustível, assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, troca de qualquer peça por desgaste natural, bem como troca de pneus, filtros, óleo lubrificante, velas, pastilhas de freio, correias, lâmpadas, entre outros, em conformidade com o Manual do Veículo.

5.2.2. A quilometragem excedente será paga por quilômetro rodado, comprovado com relatórios dos rastreadores/monitoramento e planilhas diárias conforme percurso realizado, devendo ser autorizada pela Secretaria de Segurança e Ordem Pública.

5.3. Da Disponibilização dos Veículos e Motoristas:

5.3.1. Os veículos e motoristas ficarão à disposição da **CONTRATANTE**, 07 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato.

5.3.2. Horário a disposição: 05h até 01h

5.4. Do Abastecimento:

5.4.1. O abastecimento dos veículos ficará por conta da **CONTRATADA**.

5.5. Das Infrações de Trânsito:

5.5.1. A **CONTRATANTE** se exime do pagamento de eventuais multas por infrações de trânsito provenientes da utilização por parte dos condutores e motoristas.

5.6. Da Disposição e Gerenciamento dos Veículos:

5.6.1. Os veículos e motoristas ficarão à disposição da Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública – gestora do contrato – que centralizará o gerenciamento dos itinerários através da Diretoria de Transportes.

5.6.2. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar ao setor responsável da Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública o livre acesso ao sistema de monitoramento e localização da frota da **CONTRATADA** possibilitando a fiscalização do cumprimento dos itinerários determinados pela **CONTRATANTE**.

5.7. Da manutenção e Substituição de Veículos com Motoristas e Combustível:

5.7.1. A manutenção dos veículos será por conta da **CONTRATADA**.

5.7.2. Todos os veículos que serão locados pela **CONTRATANTE** deverão estar em excelente estado de conservação e limpeza, reservando-se à **CONTRATANTE** o direito de efetuar a vistoria nos veículos antes de cada disponibilização.

5.7.3. No caso de problemas mecânicos, acidentes ou outras indisponibilidades durante a execução dos serviços contratados, a **CONTRATADA** deverá substituir o veículo locado à **CONTRATANTE**, por outro com as mesmas especificações ou superior, imediatamente, sem nenhum ônus adicional para a **CONTRATANTE**, pelo período que for necessário.

5.7.4. A **CONTRATADA** obriga-se, às suas expensas, a providenciar, em qualquer circunstância, as manutenções de caráter preventivo e corretivo nos veículos que serão por ela locados à **CONTRATANTE**, de forma a conservá-lo seguro e eficiente, inclusive troca de qualquer peça por desgaste natural, e outros, tais como: troca de pneus, filtros, óleo lubrificante, velas, pastilhas de freios, correias, lâmpadas, entre outros, em conformidade com o manual do veículo.

5.7.5. A responsabilidade pela manutenção preventiva ou corretiva e limpeza dos veículos objeto

[Assinatura]

PMSPA
Proc. N° 6754
Folha N° 45
Rubrica

desta contratação será da empresa **CONTRATADA**, devendo ser realizada periodicamente obedecendo às recomendações do Manual do Proprietário do Veículo.

- 5.7.6. A manutenção corretiva/preventiva deverá ocorrer sempre que necessário para substituição de um componente do veículo por desgaste ou por quebra do mesmo.
- 5.7.7. Na hipótese de ocorrer durante qualquer deslocamento, a impossibilidade de utilização do veículo locado à **CONTRATANTE**, pelo período de defeito de qualquer natureza, indisponibilidade ou acidente, a **CONTRATADA** se obriga a providenciar a substituição por veículo similar ou superior e/ou conserto do veículo avariado, imediatamente, sem nenhum custo adicional para a **CONTRATANTE**, ficando por conta da **CONTRATADA** toda e qualquer providência a ser tomada com relação ao veículo alugado e indisponibilizado.

5.8. Dos Motoristas:

- 5.8.1. Deverá ser disponibilizado um motorista devidamente habilitado para transporte de passageiros.
- 5.8.2. O motorista deverá ser devidamente registrado no quadro de funcionários da empresa **CONTRATADA**, conforme legislação vigente.
- 5.8.3. Os motoristas deverão ser disponibilizados à **CONTRATANTE** 7 (sete) dias por semana.
- 5.8.4. Os motoristas deverão utilizar uniforme cedido pela **CONTRATADA**.
- 5.8.5. O motorista que não cumprir as determinações da **CONTRATANTE**, não respeitar as leis de trânsito, agir com desídia, conduzir o veículo de forma perigosa e/ou não cumprir os itinerários determinados deverá ser substituído imediatamente pela **CONTRATADA**.

6. DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DA REQUISIÇÃO, DA DISPONIBILIZAÇÃO E DA SUBSTITUIÇÃO.

- 6.1. A prestação dos serviços se dará mediante a disponibilização dos veículos e, nos casos indicados, em quantidades relacionadas e nos locais/itinerários indicados pela **CONTRATANTE**, não contabilizando para efeito de pagamento a quilometragem ociosa.
- 6.2. A **CONTRATADA** somente poderá iniciar os serviços quando autorizados por escrito pela **CONTRATANTE**, utilizando-se apenas de veículos em perfeito estado de funcionamento, conservação, limpeza e higiene.
- 6.3. O veículo deverá estar devidamente habilitado pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN.
- 6.4. Os veículos locados deverão ser disponibilizados com o reservatório de combustível abastecido em sua capacidade máxima.
- 6.5. Todos os veículos alocados deverão receber adequada e devida manutenção preventiva, conforme recomendações do fabricante e/ou corretiva.
- 6.6. A **CONTRATADA** deverá prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas, com plantão para atendimento e socorro do veículo locado.
- 6.7. A **CONTRATADA** deverá providenciar a imediata reposição dos veículos que estejam indisponíveis, seja por manutenção preventiva, seja por manutenção corretiva, avarias ou acidentes.
- 6.8. A **CONTRATADA** deverá arcar com as despesas relativas à troca de óleo/lubrificantes, filtros e demais suprimentos, necessários ao fiel cumprimento do objeto deste Termo de Referência.
- 6.9. A responsabilidade pela Manutenção Preventiva/Corretiva dos veículos objeto da contratação será da empresa a ser **CONTRATADA**, devendo ser realizada nas periodicidades recomendadas pelas respectivas montadoras e constantes do Manual do Proprietário de cada veículo.
- 6.10. A manutenção corretiva deverá ocorrer sempre que necessário para substituição de um componente do veículo por desgaste ou por quebra do mesmo.
- 6.11. A **CONTRATADA** deverá arcar com todos os custos decorrentes de acidentes e avarias, mantendo para isso apólice de seguro.
- 6.12. A **CONTRATADA** deverá assumir integral e absoluta responsabilidade pelos veículos ora locados, desobrigando a **CONTRATANTE** de qualquer ônus, encargos, deveres e responsabilidade por defeitos, vícios aparentes ou ocultos, ou funcionamento insatisfatório dos

aludidos bens e acidentes não cobertos pelo seguro citado no item anterior.

PMSPA
Proc. N° 6754
Folha N° 66
Rubrica

7. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das disposições das cláusulas e em cumprimento as suas obrigações contratuais, além das decorrentes de lei e de normas regulamentares, constituem obrigações específicas da **CONTRATADA**:

- 7.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato e na lei;
- 7.2. Disponibilizar os veículos imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, nos locais e horários fixados pela **CONTRATANTE**, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo que a impossibilite de assumir os serviços conforme o estabelecido;
- 7.3. Encaminhar, no ato de início dos serviços, a cópia da nota fiscal e/ou a documentação de porte obrigatório de cada veículo disponibilizado para a prestação dos serviços;
- 7.4. Entregar os veículos de acordo com as especificações do fabricante e em perfeitas condições de segurança, higiene, conservação e limpeza;
- 7.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na locação do objeto do presente Termo de Referência, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;
- 7.6. Realizar todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva (funilaria, pintura, alinhamento de direção, balanceamento de rodas e etc), apólice de seguro, taxas e impostos referentes aos veículos objetos do presente, bem como substituí-lo em caso de pane mecânica e/ou avaria por outro do mesmo modelo ou superior;
- 7.7. Os veículos, objeto do contrato, deverão estar com os equipamentos obrigatórios exigidos pela Legislação de Trânsito vigente (estepe, chave de roda, triângulo, macaco e etc);
- 7.8. Responsabilizar-se por todos os encargos relativos ao veículo, como IPVA, seguro obrigatório e taxa de emplacamento, bem como eventuais multas provenientes de infração às leis de trânsito, previstas no Código de Trânsito Brasileiro;
- 7.9. Manter os veículos assegurados através de apólice de seguro durante todo o prazo de vigência contratual;
- 7.10. Prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas, com plantão para atendimento e socorro do veículo locado, por intermédio de sistema de comunicação a ser informado no ato de entrega do veículo;
- 7.11. Substituir o veículo nas condições não previstas no item acima, quando solicitado por escrito pela **CONTRATANTE**, imediatamente, a partir do recebimento de notificação;
- 7.12. Prestar os serviços de entrega e substituição dos veículos sem cobrança de qualquer taxa adicional;
- 7.13. A documentação relativa ao veículo deverá manter-se em ordem;
- 7.14. Dar ciência imediata e por escrito à **CONTRATANTE** sobre qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços;
- 7.15. Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços;
- 7.16. São de responsabilidade da **CONTRATADA** todos os impostos, taxas, licenças e registros dos órgãos públicos municipais, estaduais ou federais que se fizerem necessários, assim como as certidões solicitadas;
- 7.17. A **CONTRATADA** arcará com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e com quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidente de trabalho, bem como de alimentação, transporte, ou outro benefício de qualquer natureza, decorrente da contratação dos serviços, apresentando mensalmente a comprovação do recolhimento do GFIP (FGTS e INSS) referente à força de trabalho empregada na prestação dos serviços, sem a qual não serão liberados os pagamentos das faturas apresentadas ao **CONTRATANTE** para liquidação;
- 7.18. Realizar, de forma adequada, a execução permanente dos serviços, determinados pela

PMSPA	
Processo N°	6754
Folha N°	47
Rubrica	

- CONTRATANTE, respeitando suas normas de conduta;
- 7.19. Os pagamentos somente serão efetuados quando houver execução total dos serviços propostos e o atesto, no verso da nota fiscal, do responsável pela fiscalização dos serviços;
- 7.20. A **CONTRATADA** é responsável por disponibilizar os veículos adesivados ou pintados no padrão a ser determinado pela Administração.
- 7.21. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar ao setor responsável da Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública o livre acesso ao sistema de monitoramento e localização da frota da **CONTRATADA** possibilitando a fiscalização do cumprimento dos itinerários determinados pela **CONTRATANTE**;
- 7.22. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar os veículos locados com o reservatório de combustível abastecido em sua capacidade máxima, em perfeito estado de funcionamento, conservação, limpeza e higiene;
- 7.23. Disponibilizar número de telefone ou outro meio que permita contato imediato entre os Gestores Fiscais da **CONTRATANTE** com a **CONTRATADA** de forma permanente, incluindo em dias não úteis;
- 7.24. Todos os motoristas da **CONTRATADA** deverão:
- 7.25. Trajar uniformes de acordo com o especificado pela **CONTRATANTE**, devidamente, limpos e em perfeitas condições de uso.
- 7.26. Cumprir às Leis de Trânsito.
- 7.27. Atender com respeito e cortesia todos os passageiros transportados.
- 7.28. Portar a Carteira de Habilitação e Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo.
- 7.29. Manter o veículo a serviço sempre em perfeitas condições de limpeza e asseio.
- 7.30. A **CONTRATADA** deve obrigar-se a manter rigorosamente em dia o pagamento das obrigações trabalhistas devidas aos seus funcionários.
- 7.31. A **CONTRATADA** deverá dispor de um local para a guarda dos veículos locados.

8. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 8.1. Atestar as Faturas / Notas Fiscais;
- 8.2. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo;
- 8.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;
- 8.4. Indicar o responsável pela gestão do contrato, a quem competirá a fiscalização dos serviços, a qualquer instante, solicitando à **CONTRATADA**, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento, bem como pelo recebimento dos veículos;
- 8.5. Garantir que a utilização dos veículos alocados será adstrita às atividades da **CONTRATANTE**;
- 8.6. Em caso de acidente, colher dados referentes ao veículo envolvido e seu motorista, condições de Seguro, vítimas, testemunhas, providenciar o Boletim de Ocorrência Policial e dar imediata ciência do ocorrido à **CONTRATADA**;
- 8.7. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no Contrato e no Edital de Licitação;
- 8.8. Fornecer o padrão de uniformes aos motoristas da **CONTRATADA**;
- 8.9. Solicitar a **CONTRATADA** a imediata substituição do motorista que não cumprir as determinações da **CONTRATANTE**, não respeitar as leis de trânsito, agir com desídia, conduzir o veículo de forma perigosa e não cumprir os itinerários determinados;
- 8.10. As obrigações da **CONTRATANTE** encontram-se respaldadas na Lei nº 8.666/93 além das demais normas pertinentes. Deverão ser cumpridas todas as disposições constantes neste Termo de Referência;
- 8.11. Estabelecer rotinas e procedimentos para o cumprimento do objeto deste Termo de Referência;
- 8.12. Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa prestar os serviços dentro das normas do contrato;
- 8.13. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários à prestação dos serviços, que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;
- 8.14. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor especialmente designado,

MSPA
Proc. N° 6784
Folha N° 42
Rubrica

nos termos do art. 67, da Lei n.º 8.666/1993;

- 8.15. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, exigindo sua correção, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pela **CONTRATANTE**;
- 8.16. Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;
- 8.17. Comunicar, por escrito, à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço;
- 8.18. Impedir que terceiros executem o objeto deste Termo de Referência;
- 8.19. Exigir, mensalmente, os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal, do recolhimento dos encargos sociais, benefícios, ou adotar qualquer outro procedimento de verificação que julgar necessário;
- 8.20. Verificar, antes de cada pagamento, a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**;
- 8.21. Proceder às vistorias nos locais onde os serviços estão sendo realizados, por meio do Fiscal do Contrato, cientificando a **CONTRATADA** e determinando a imediata regularização das falhas eventualmente detectadas;
- 8.22. Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9. DA FISCALIZAÇÃO/CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 9.1. A fiscalização dos serviços pela **CONTRATANTE** não exime tampouco diminui a completa responsabilidade da **CONTRATADA**, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais;
- 9.2. A **CONTRATANTE** poderá, a seu critério e a qualquer tempo vistoriar os veículos programados para execução dos serviços, verificar as quilometragens a partir das informações dos rastreadores ou discos cronotacógrafos diários e o cumprimento de Normas preestabelecidas no contrato;
- 9.3. À **CONTRATANTE** é reservado o direito de solicitar a imediata substituição dos veículos, quando se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas. As eventuais substituições durante o contrato deverão ser feitas no padrão equivalente ao estipulado, por veículos classificados no mesmo Grupo e sem qualquer ônus adicional ao **CONTRATANTE**;
- 9.4. A execução do contrato e a respectiva prestação dos serviços serão acompanhadas e fiscalizadas por 2 (dois) servidores (Fiscal do Contrato e substituto) a serem designados, na condição de representantes da **CONTRATANTE**.
- 9.5. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório
- 9.6. O serviço é comum, pois as suas especificações são as usuais encontradas no mercado, não demandando a solução pretendida nenhuma especificidade que desnaturasse a sua natureza.
- 9.7. O serviço é continuado tendo em vista a necessidade permanente desta Administração. Assim, a falta ou interrupção na prestação dos serviços pode impactar negativamente na qualidade, na capacidade laborativa e nas condições propícias à boa execução do transporte urbano de passageiros, com consequente dano ao interesse público.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Para a habilitação na licitação em tela exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

- a) Habilitação jurídica (conforme Lei Federal n.º 8.666/1993, art.28, I ao V);
- b) Qualificação econômico-financeira (conforme Lei Federal n.º 8.666/1993, art.31, I ao IV);

[Assinatura]

- c) Regularidade fiscal e trabalhista (conforme Lei Federal n.º 8.666/1993, art.29, I ao V).

PMSPA
Proc. N.º 6754
Folha N.º 49
Rubrica

11. DA CONTRATAÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

11.1. A contratação do serviço objeto deste Termo de Referência dar-se-á por meio de **Contrato Administrativo**, a ser assinado com a empresa vencedora do certame, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da convocação para a sua celebração, discriminando cada item de prestação de serviço, conforme Minuta de Contrato a ser fornecida juntamente com o Edital.

A **CONTRATADA** deverá, **no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato**, alocar os ônibus nos respectivos locais e nos horários a serem fixados pela **CONTRATANTE** informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir os serviços contratados, observando o item 7.2 deste Termo.

11.2. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos sucessivos, limitado a sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do artigo 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

11.3. Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.

11.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando:

11.4.1. A Contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensa ou impedida de licitar ou contratar no âmbito de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, enquanto perdurarem os efeitos;

11.5.2 Para tanto, a Contratante consultará o SICAF, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis), e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), em nome da empresa contratada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

11.5.3 A Contratada não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.6 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado mensalmente à **CONTRATADA**, por intermédio de Ordem Bancária que será emitida em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, compreendida nesse período a fase de ateste da mesma - a qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da empresa, a descrição clara do item do objeto do contrato que está sendo faturado, de acordo com as condições constantes na proposta da empresa e aceitas pela Administração.

12.2. O pagamento será efetivado após a Nota Fiscal/Fatura ser conferida, aceita e atestada pelo Fiscal do Contrato e ter sido verificada a regularidade da **CONTRATADA**.

12.3. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo Fiscal à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

- 12.4. Constatada a situação de irregularidade da **CONTRATADA**, a mesma será notificada, por escrito, para, num prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de rescisão contratual.
- 12.5. O prazo para regularização ou encaminhamento de defesa de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez e por igual período, a critério da **CONTRATANTE**.
- 12.6. O pagamento será efetivado, sem prejuízo da **comunicação aos órgãos responsáveis** pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, caso esta persista, **bem como da adoção das medidas visando à rescisão do contrato**.
- 12.7. A critério da **CONTRATANTE**, poderão ser utilizados os créditos existentes em favor da **CONTRATADA** para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações, inadimplências contratuais e/ou outras de responsabilidade desta última.
- 12.8. Ressalte-se que é vedada à **CONTRATADA** a vinculação da efetivação do pagamento mensal dos salários dos profissionais ao recebimento mensal do valor afeto ao contrato celebrado com a **CONTRATANTE**, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.
- 12.9. A **CONTRATADA** deverá encaminhar à **CONTRATANTE**, até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, a Nota Fiscal para que sejam adotadas as medidas afetas ao pagamento.
- 12.10. Ocorrerá a **retenção ou glosa no pagamento**, sem prejuízo das sanções cabíveis, nas hipóteses em que a **CONTRATADA**:
- 12.10.1. Não produzir os resultados esperados, deixar de executar ou não executar as atividades contratadas com a qualidade mínima exigida.
- 12.10.2. Deixar de utilizar os recursos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com quantidade inferior à demandada.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Contratada ficará sujeita às penalidades previstas na **Lei 8.666/93** em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições do presente Termo de Referência ou Contrato;
- 13.2. Caso os serviços contratados sejam entregues de forma incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, resguardados os procedimentos legais pertinentes:
- 13.3. Advertência;
- 13.4. Multa moratória de 1% sobre o valor total da contratação, por dia de atraso injustificado, limitada sua aplicação até o máximo de 10 dias, situação que poderá caracterizar inexecução parcial do contrato;
- 13.5. Pela caracterização de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de até 20% do valor global do contrato;
- 13.6. Após o 11º dia de atraso, os serviços poderão, a critério da **CONTRATANTE**, não mais ser aceitos, configurando inexecução do Contrato, com as consequências previstas em lei e neste instrumento.
- 13.7. Pela caracterização de inexecução total do objeto contratado, será aplicada multa de até 30% do valor global do contrato;
- 13.8. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o município, por até 02 (dois) anos;
- 13.9. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 13.10. No caso de não-recolhimento do valor da multa, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada dos pagamentos a que fizer jus a **CONTRATADA** ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da **Lei n.º 8.666/93**, acrescida de juros moratórios de 1,0% (um por cento) ao mês;

13.11. Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos **incisos III e IV, do art. 87, da Lei n.º 8.666/93**, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Informativo.

13.12. De acordo com o **artigo 88, da Lei n.º 8.666/93**, serão aplicadas as sanções previstas nos **Incisos III e IV do artigo 87 da referida lei**, à **CONTRATADA** ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela citada lei:

13.13. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

13.14. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.15. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.16. Da aplicação das penas definidas no caput e no **§ 1º do art. 87, da Lei n.º 8.666/93**, exceto para aquela definida no inciso IV, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data de intimação do ato;

13.17. No caso de declaração de inidoneidade, prevista no **inciso IV, do art. 87, da Lei n.º 8.666/93**, caberá pedido de reconsideração ao Exmo. Sr. Prefeito, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de intimação do ato, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação;

13.18. Na comunicação da aplicação da penalidade de que trata o item anterior, serão informados o nome e a lotação da autoridade que aplicou a sanção, bem como daquela competente para decidir sobre o recurso;

13.19. O recurso e o pedido de reconsideração deverão ser entregues, mediante recibo, no setor de protocolo da **CONTRATANTE**, localizado na sede da Prefeitura de São Pedro da Aldeia;

13.20. As penalidades previstas neste Termo de Referência são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida prévia defesa (**art. 87, § 2º da Lei 8.666/93**).

14. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. A inexecução do objeto deste Termo de Referência, total ou parcialmente, poderá ensejar a rescisão contratual, na forma dos **artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93**, com as consequências previstas em lei e neste instrumento;

14.2. A rescisão unilateral do Contrato poderá ser determinada pela **CONTRATANTE**, de acordo com o **inciso I do art. 79 da Lei n.º 8.666/1993**, com as consequências elencadas no **art. 80 do referido diploma legal** e sem prejuízo das demais sanções impostas pela lei e por esse Termo de Referência;

14.3. Constituem motivo para rescisão do Contrato, todos os incisos constantes do **Artigo 78 da Lei n.º 8.666/93**;

14.4. As formas de rescisão estão previstas no **Art. 79, incisos de I a III, da Lei n.º 8.666/93**;

14.5. Os casos omissos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

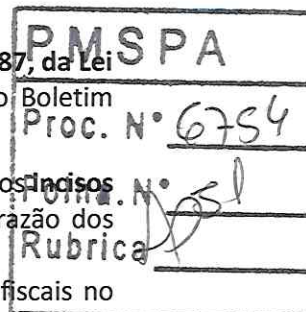
14.6. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

14.7. A rescisão determinada por ato unilateral e escrita pela Administração, nos casos enumerados nos **Incisos I a XI do Art. 78, da Lei n.º 8.666/93**, acarreta as consequências previstas nos **Incisos II e IV do Art. 87, do mesmo diploma legal**, sem prejuízo das demais sanções previstas; nos casos previstos nos **incisos XII a XVII do Art. 78**, será observado o disposto no **§ 2º do Art. 79**;

14.8. Conforme o disposto no **inciso IX do artigo 55 da Lei n.º 8.666/93**, a **CONTRATADA**, reconhece os direitos da **CONTRATANTE**, em caso de rescisão administrativa prevista no **Art. 77 do referido dispositivo legal**;

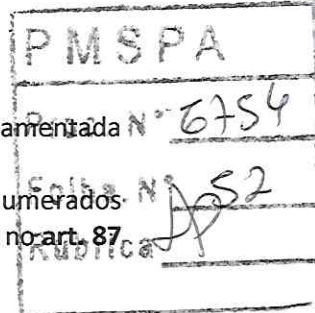
14.9. A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no **art. 78 da Lei n.º 8.666/93** ensejará a rescisão do Contrato a ser firmado com a licitante vencedora;

14.10. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurados o



contraditório e a ampla defesa;

- 14.11. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente; e
- 14.12. A rescisão determinada por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, acarreta as consequências previstas no art. 87 do mesmo dispositivo legal, sem prejuízo das demais sanções previstas.



15. DO VALOR ESTIMADO

- 15.1. O valor estimado para os serviços discriminados neste Termo de Referência é de R\$ ().
- 15.2. O valor previsto em orçamento considera a totalidade dos custos e despesas do objeto do presente Termo de Referência, todos os custos diretos e indiretos, taxas, remunerações, despesas fiscais e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Termo de Referência, mas julgadas essenciais ao cumprimento do seu objeto.
- 15.3. Nenhuma reivindicação para pagamentos adicionais será considerada se decorrer de erro, interpretação ou avaliação pela **CONTRATADA** em relação ao presente instrumento.
- 15.4. O critério de julgamento das propostas será pelo **MENOR PREÇO** por quilometragem rodada.
- 15.5. Conforme art. 5º, III do Decreto Municipal n.º 158/2018, a estimativa de preços, será obtida mediante pesquisa de mercado, com a apresentação, sempre que possível, de *no mínimo* 03 (três) orçamentos, exceto no caso de ser utilizada Tabela de Preços obtida em Órgão Oficial por meio de consulta ao mercado, situação em que bastará a juntada do referido documento.

16 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 16.1. A documentação relativa à qualificação técnica consistirá em:
- 16.1.1 Atestado (s) de capacidade técnica expedido por entidades da Administração Pública ou pessoa Jurídica de direito privado para os quais esteja ou tenha prestado serviços iguais ou semelhantes ao objeto deste edital, e que comprovem o desempenho satisfatório da prestação.
- 16.1.2. Prova de titularidade dos veículos (CRVL) em nome da licitante na habilitação, conforme descrição do item 4.
- 16.1.3. comprovar através de Nota Fiscal ou Contrato de Prestação de Serviço ter fornecido pelo menos 50% (cinquenta por cento) do objeto desse Edital


17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 17.1. *A despesa decorrente da futura contratação correrá à conta do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública.*

18. DO FORO

- 18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Pedro da Aldeia/RJ para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Referência, assim como do Edital e do Contrato que o sucederão, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Pedro da Aldeia/RJ, em 14 de junho de 2022.

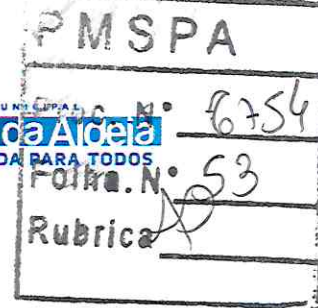

José Maria Cadimo Azevedo
Secretário Municipal de Segurança
e Ordem Pública

José Maria Cadimo Azevedo
Secretário de Segurança e Ordem Pública
Mat. 37865



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS



“MEMÓRIA DE CÁLCULO”

MEMÓRIA DE CÁLCULO - KM PERCORRIDO											
Item	Linhas	IDA (KM)	TEMPO IDA (MINUTOS)	VOLTA (KM)	TEMPO VOLTA (MINUTOS)	KM Percorrido por Linha/Viagem	Nº de Viagens	KM por Dia	KM por Mês	KM Anual	Reserva Técnica 10%
1	Baleia x Base (501 SUDOESTE X BOA VISTA) COM AR	13,24	37	10,59	34	23,83	16	381,28	11438,40	139167,20	13916,72
2	502 São Pedro x Três Vendas					0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
3	504 São Pedro x Alecrim COM AR	17,83	63	17,09	60	34,92	16	558,72	16761,60	203932,80	20393,28
4	505 São Pedro x Retiro COM AR	20,8	42	13,67	31	34,47	8	275,76	8272,80	100652,40	10065,24
5	São Pedro x Bairro São João ** COM AR	15,15		59		15,15	8	121,20	3636,00	44238,00	4423,80
6	510 São Pedro x Balneário das Conchas COM AR	20,12	49	9,32	30	29,44	16	471,04	14131,20	171929,60	17192,96
7	520 São Pedro x Jardim Primavera COM AR	12,87	31	10,3	33	23,17	8	185,36	5560,80	67656,40	6765,64
8	519 São Pedro x Botafogo COM AR	14,67	22	22,6	48	37,27	8	298,16	8944,80	108828,40	10882,84



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

PMSPA

Folha. N° 54

Rubrica

9	518 São Pedro x Sapeatiba Mirim II SEM AR	18,34	40	14,69	27	33,03	8	264,24	7927,20	96447,60	9644,76
10	517 São Pedro x Sergeira					0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
11	516 São Pedro x Farmácia Velha * SEM AR	21,65	51	26,21	56	47,86	8	382,88	11486,40	139751,20	13975,12
12	514 São Pedro X Rua do Fogo COM AR	13,23	31	11,36	28	24,59	8	196,72	5901,60	71802,80	7180,28
	TOTAL					279,14	104	3135,36	94060,80	1.144.406,40	114.440,64
	Total com reserva técnica										1.258.847,04
	* ABSORVEU AS LINHAS TRÊS VENDAS E SERGEIRA										
	** NÃO ESTÁ SENDO OPERADA										

- Chegou-se aos valores totais (ano) baseado na quilometragem diária prevista.

- Cabe informar que a reserva técnica se faz necessária vez que a natureza do objeto, que traz consigo a possibilidade de adversidades, como vias obstruídas, impedimento de tráfego de determinada via, dentre outros fatos que impossibilite ao condutor de executar a rota determinada, gerando alterações para o melhor atendimento do serviço e, conseqüentemente, acarretando em um aumento da distância (KM) do percurso.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

PMSPA

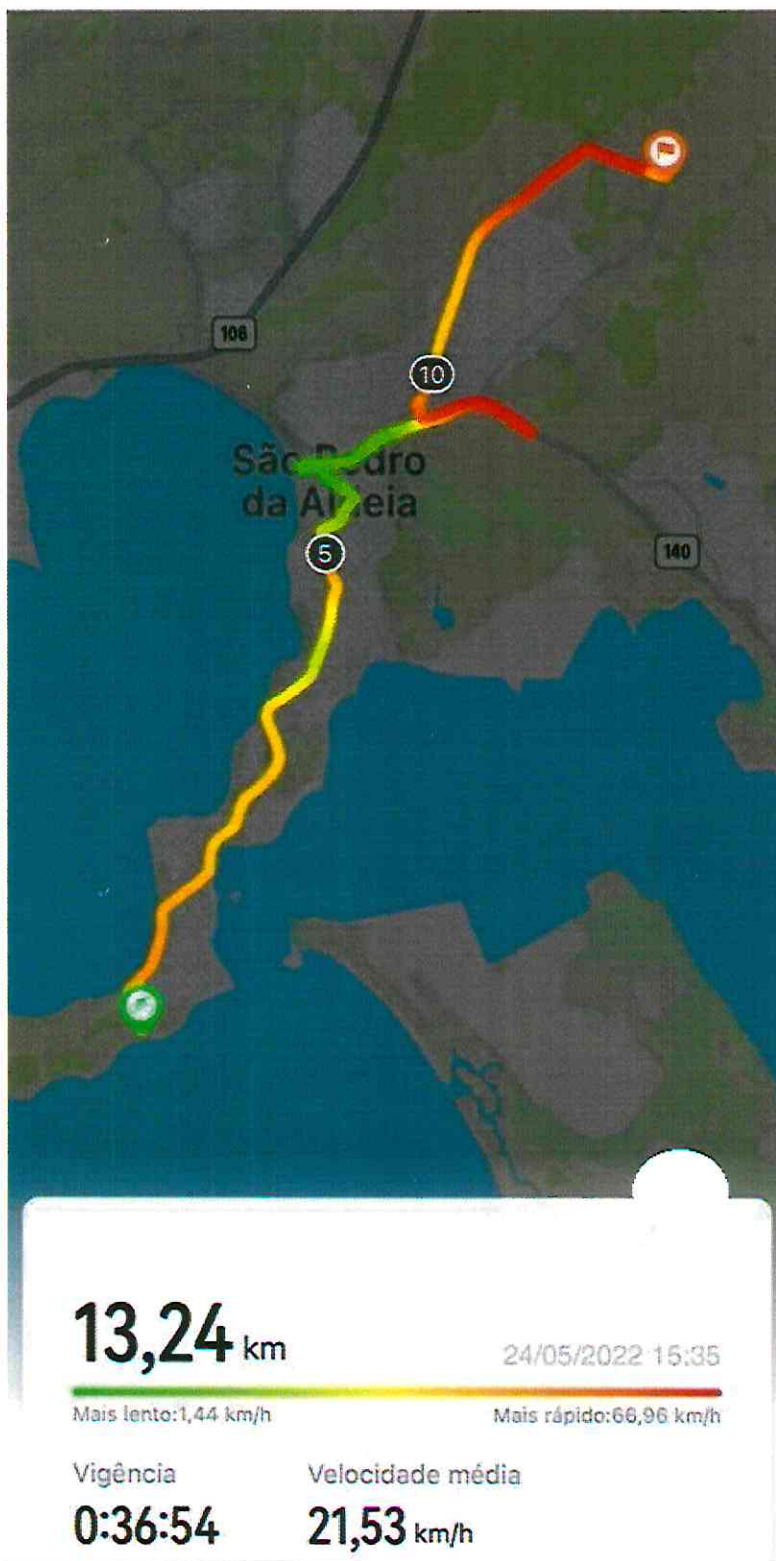
6754

Folha N.º 55

Rubrica

Baleia x Base (501 SUDOESTE X BOA VISTA)

IDA



Handwritten signature

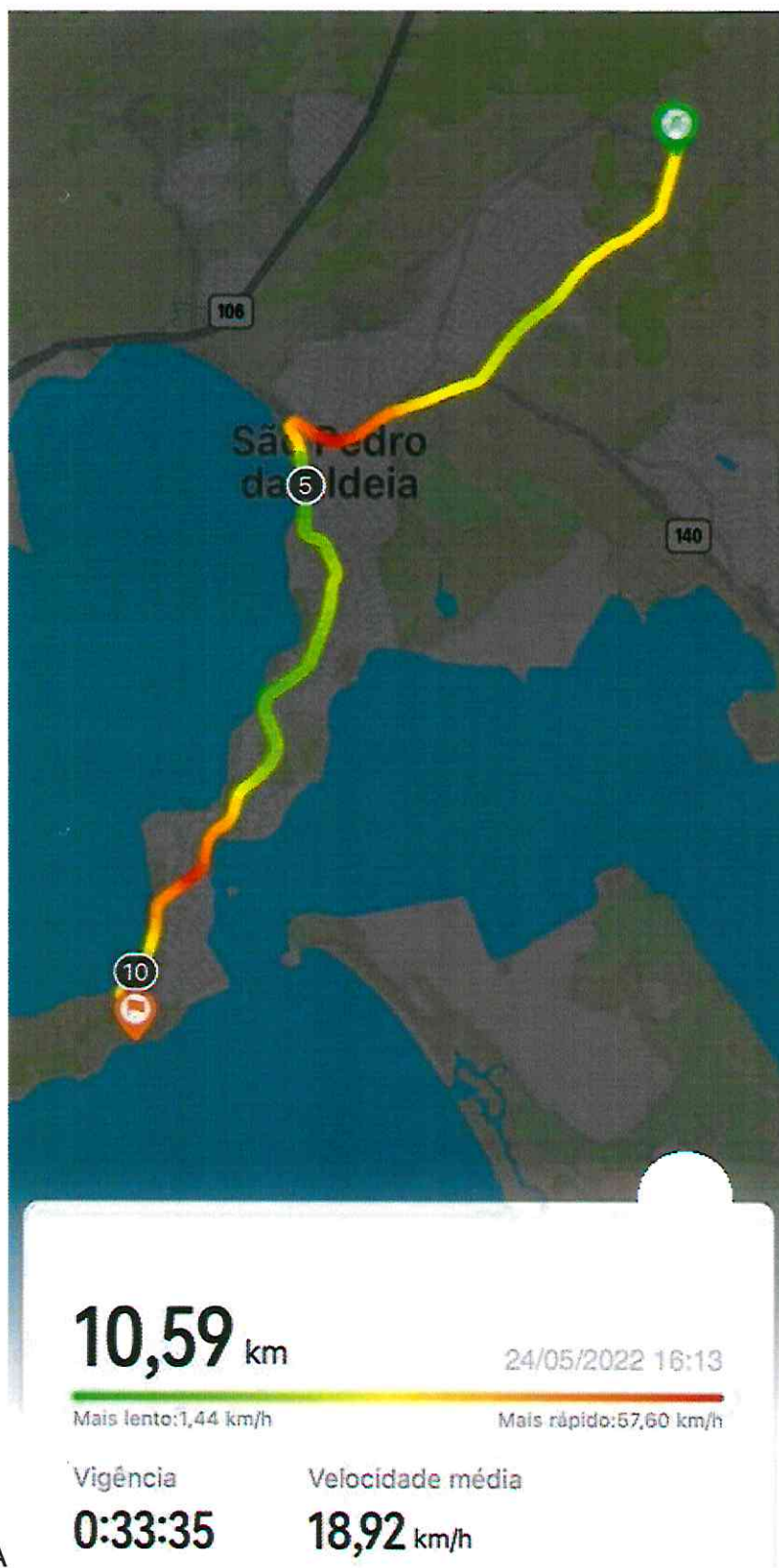


ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

PM SPA
Proc. N° 6754
Folha N° 56
Rubrica

VOLTA



VOLTA



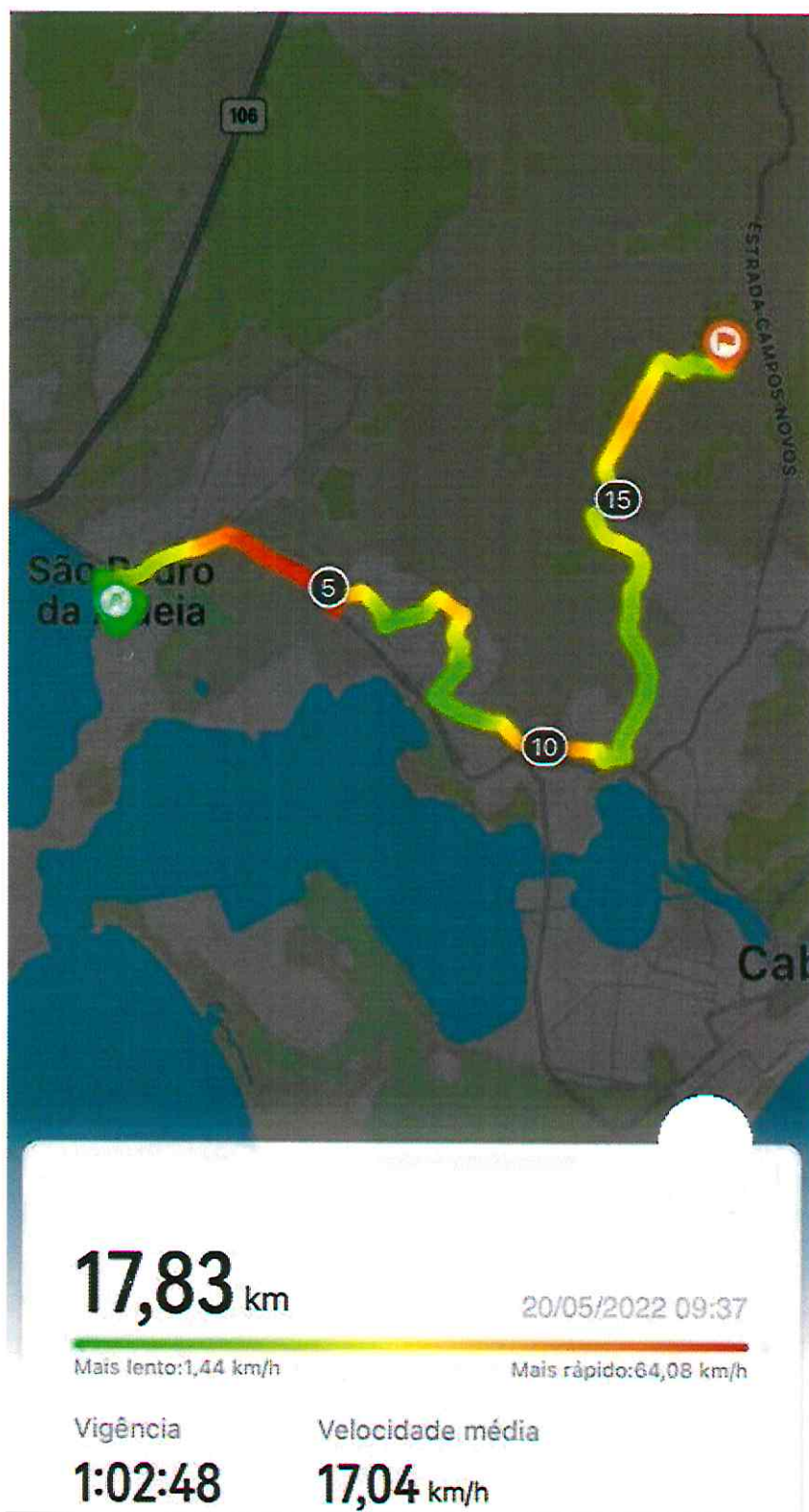
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

504 São Pedro x Alecrim

IDA

PMSPA	
Proc. N°	6756
Folha. N°	52
Rubrica	



Handwritten signature

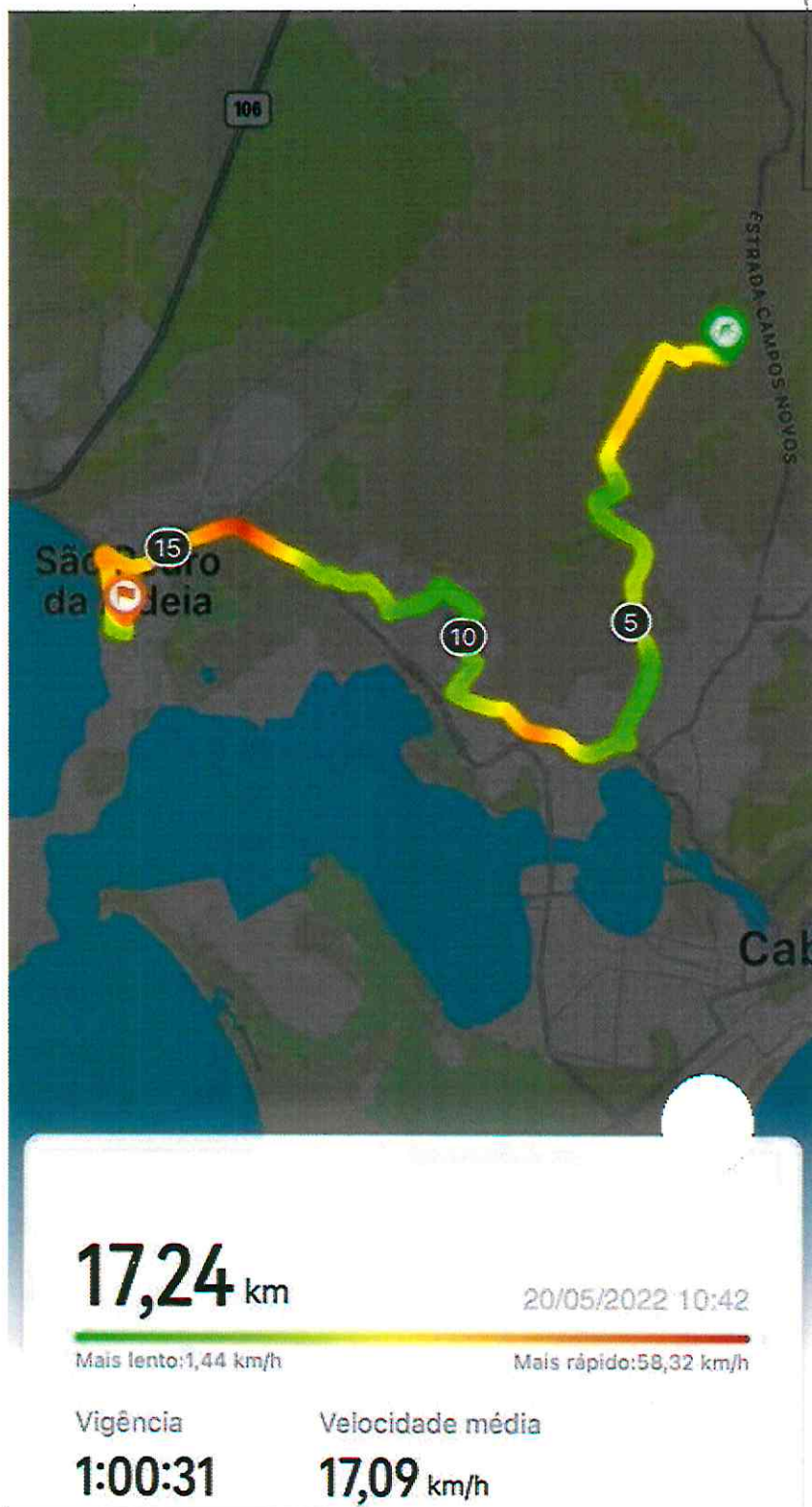


ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

VOLTA

PMSPA
Proc. N° 6754
Folha N° 52
Rubrica <i>[assinatura]</i>



[assinatura]



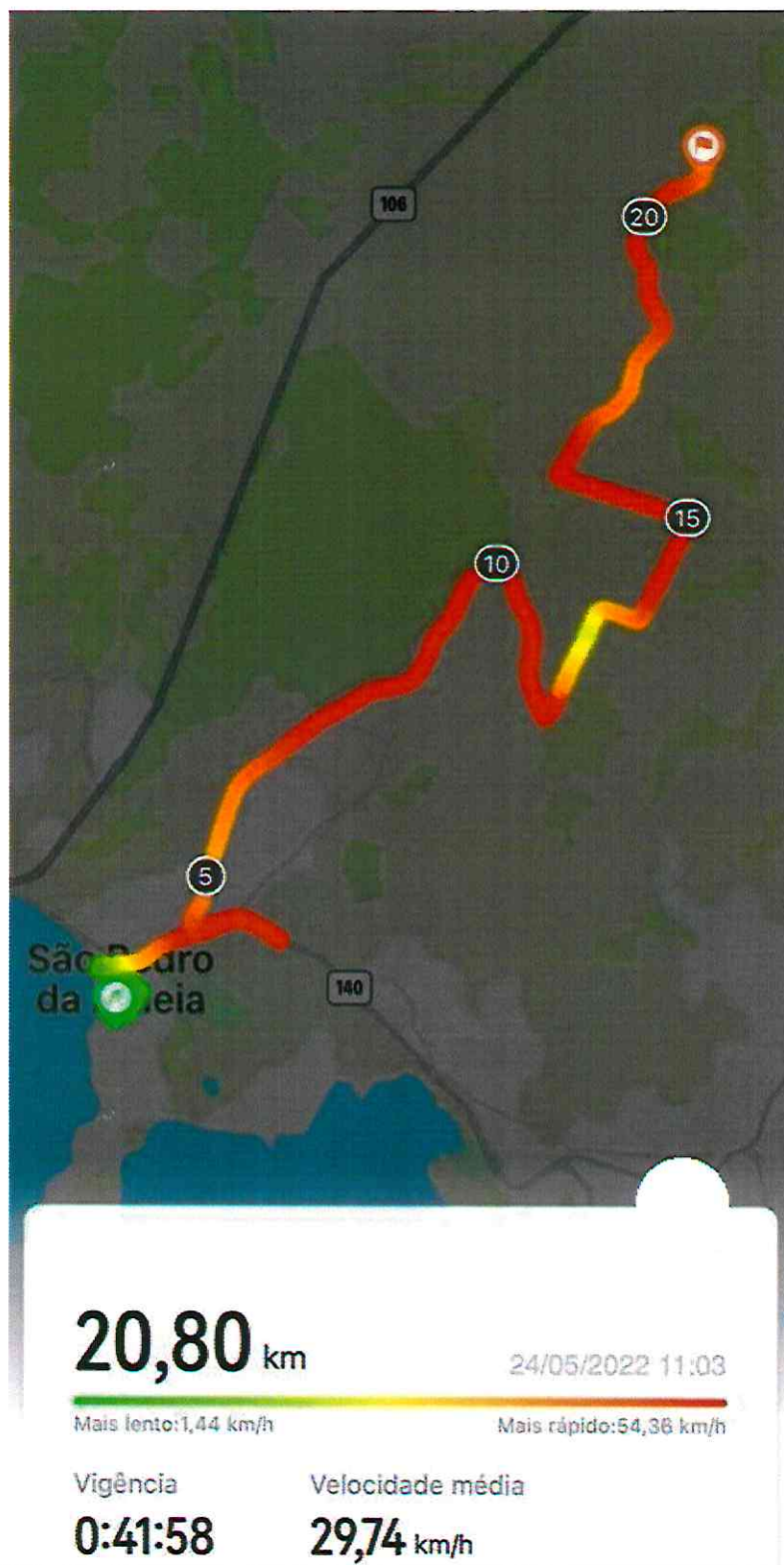
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

505 São Pedro x Retiro

IDA

PMSPA
Proc. N° 6754
Folha N° 39
Rubrica



gjl

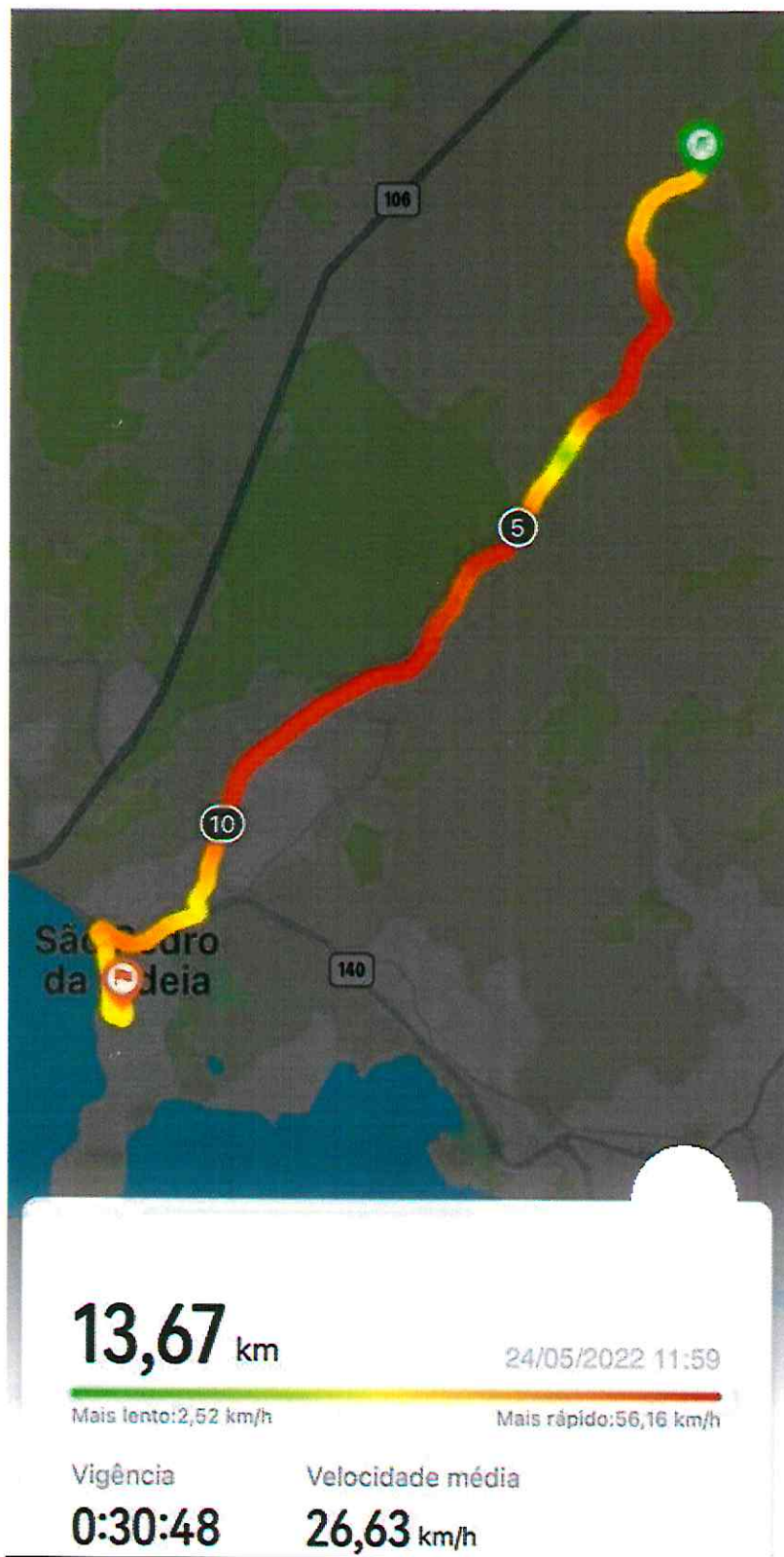


ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

VOLTA

PMSPA	
Proc. N°	6754
Folha. N°	60
Rubrica	





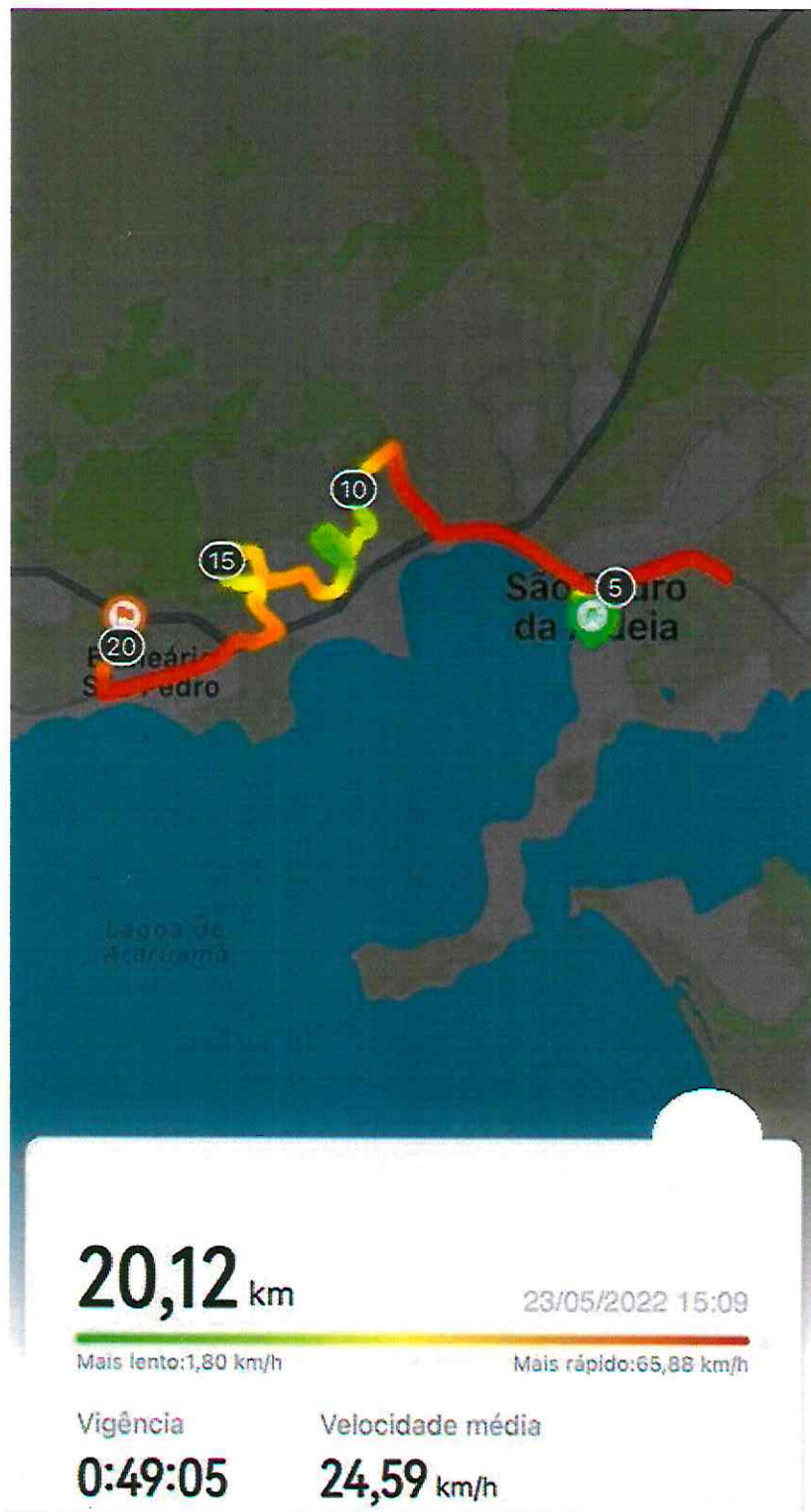
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

510 São Pedro x Balneário das Conchas

IDA

PMSPA
Proc. N° 16754
Folha N° 61
Publica



Handwritten signature

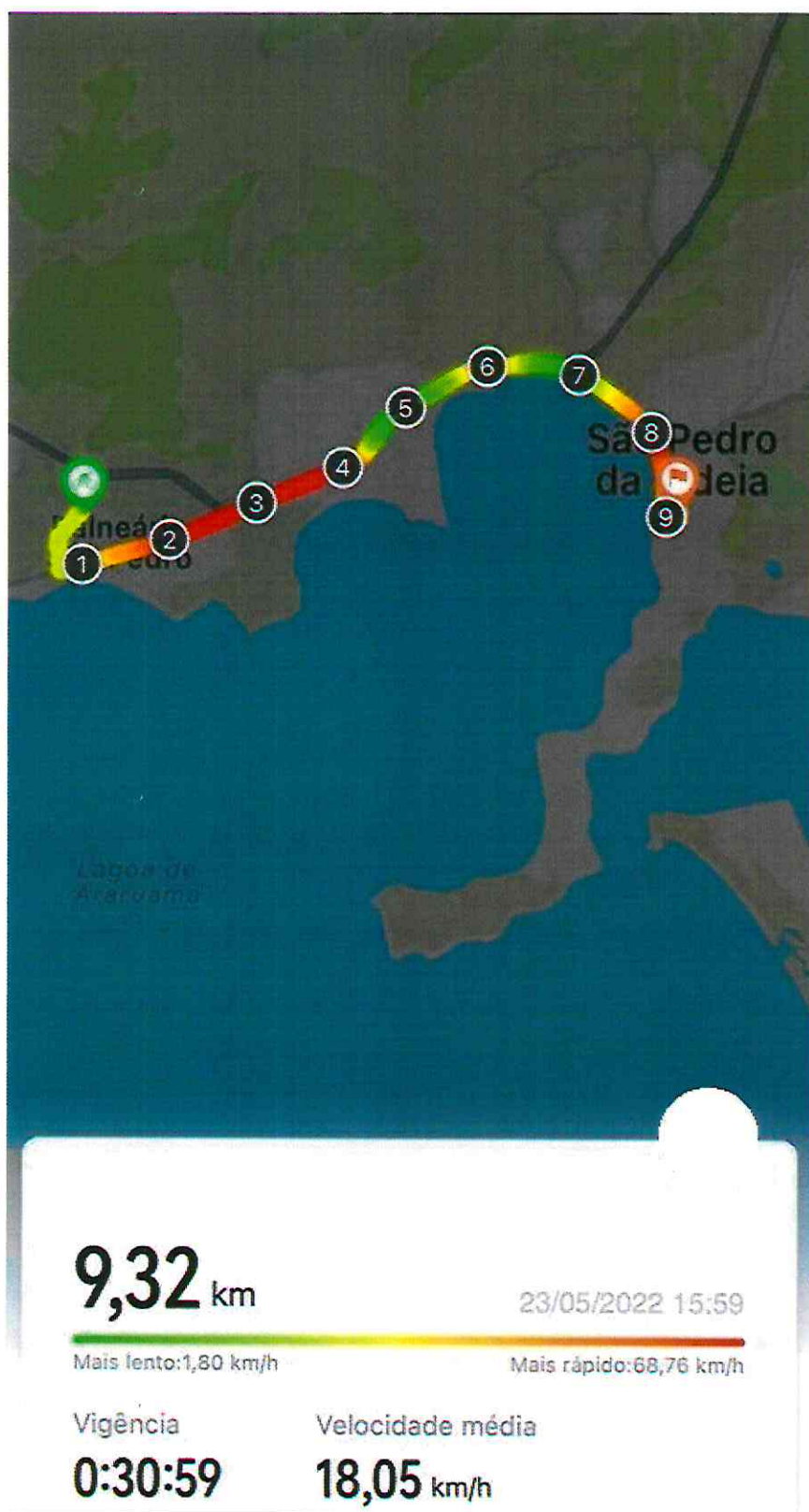


ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

VOLTA

PMSPA
Proc. N° 6754
Folha. N° 62
Rubrica <i>[assinatura]</i>



[assinatura]



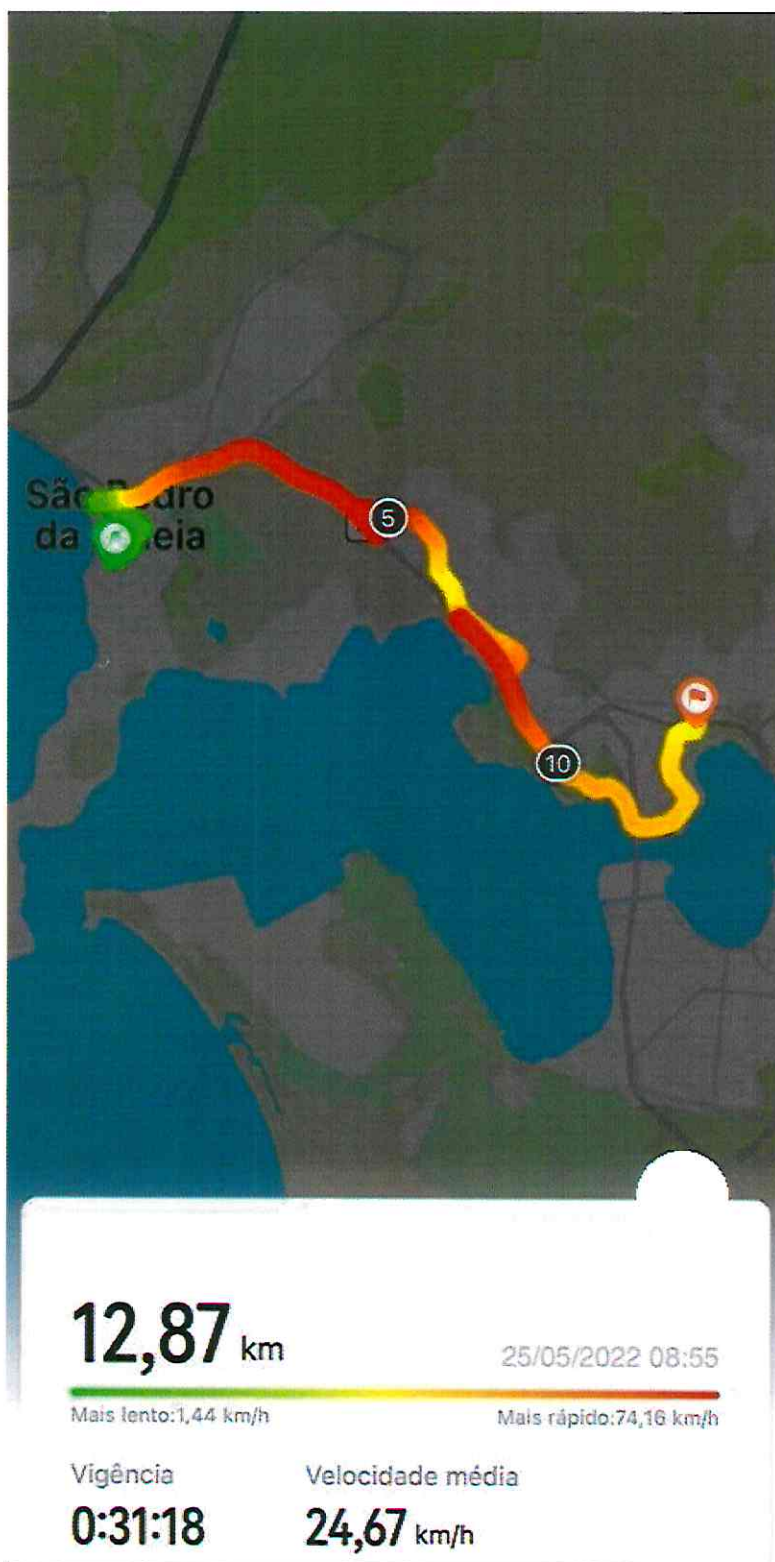
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

520 São Pedro x Jardim Primavera

IDA

PMSPA	
Proc. N°	6754
Folha N°	63
Rubrica	



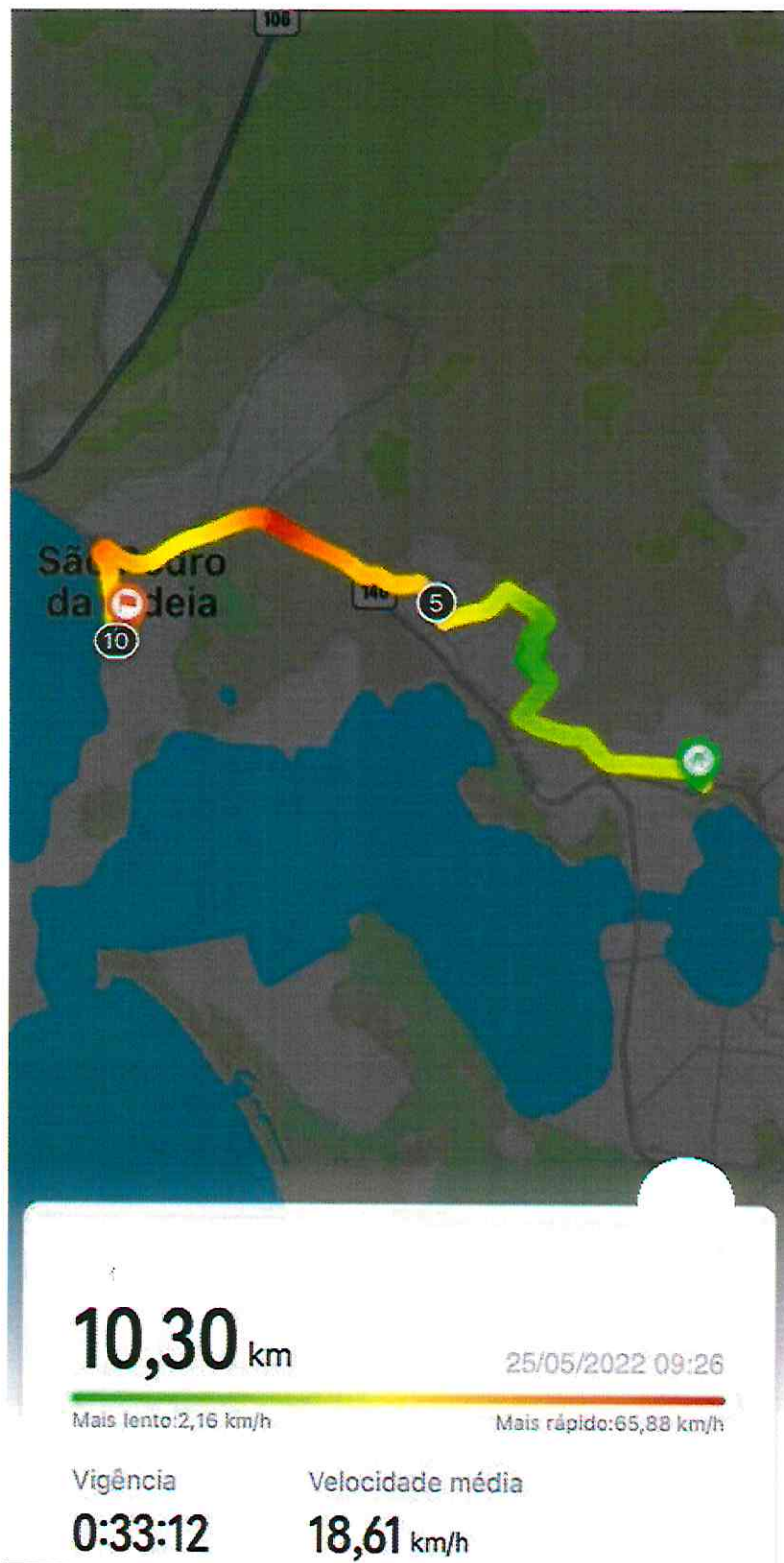


ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

VOLTA

PMSPA	
Proc. N°	6754
Folha. N°	64
Rubrica	





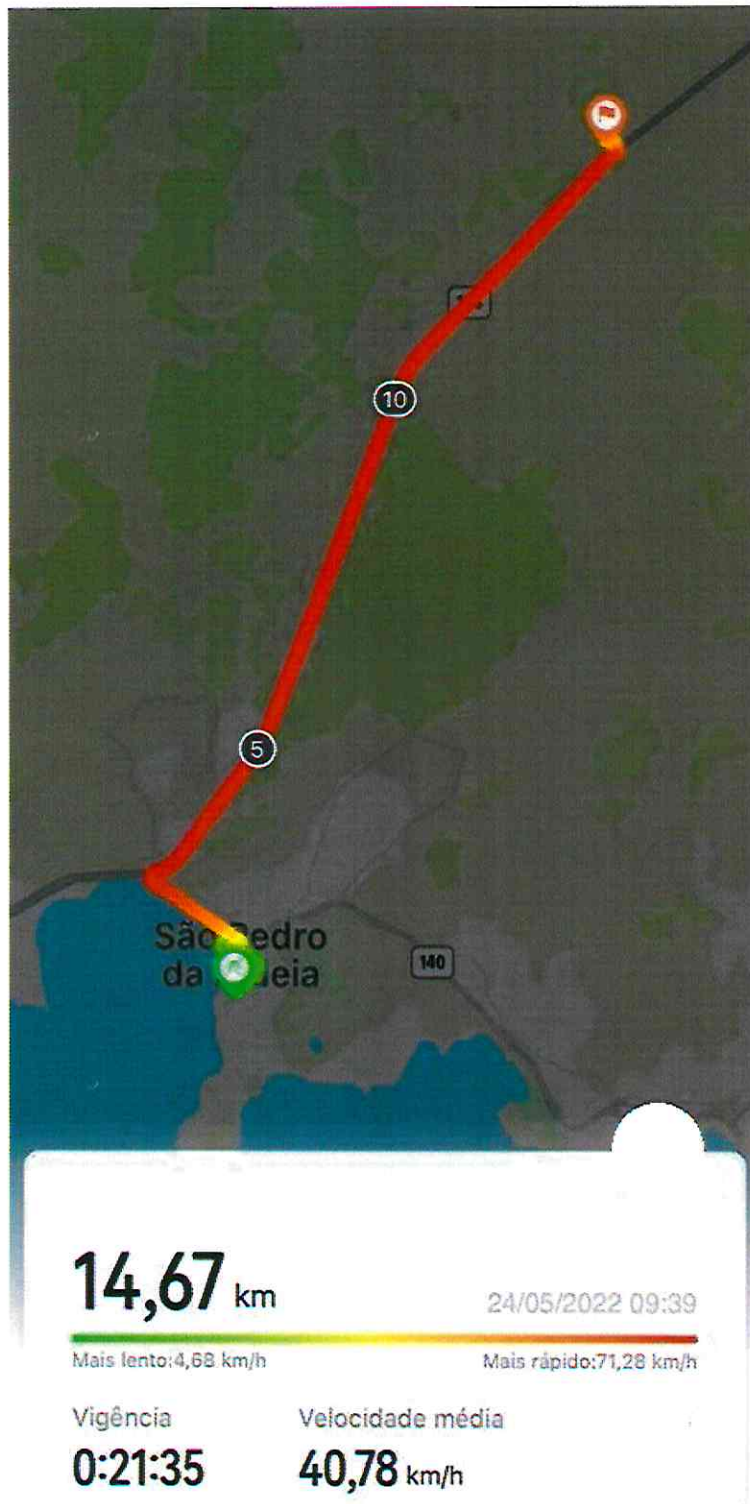
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

519 São Pedro x Botafogo

IDA

PMSPA
Proc. N° 6754
Folha N° 65
Rubrica



[Handwritten signature]

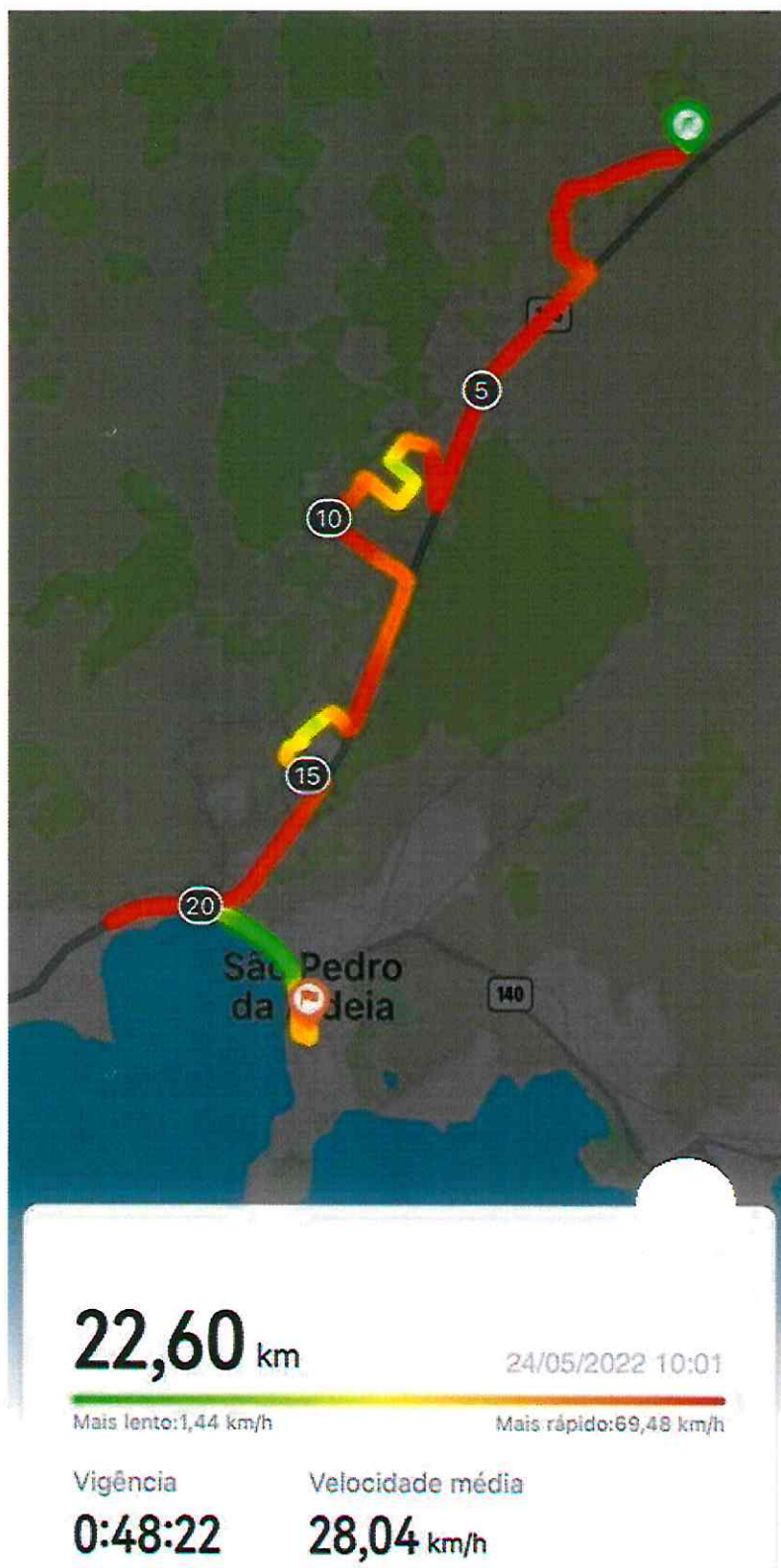


ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

VOLTA

PMSPA	
Proc. N°	6754
Folha. N°	66
Rubrica	





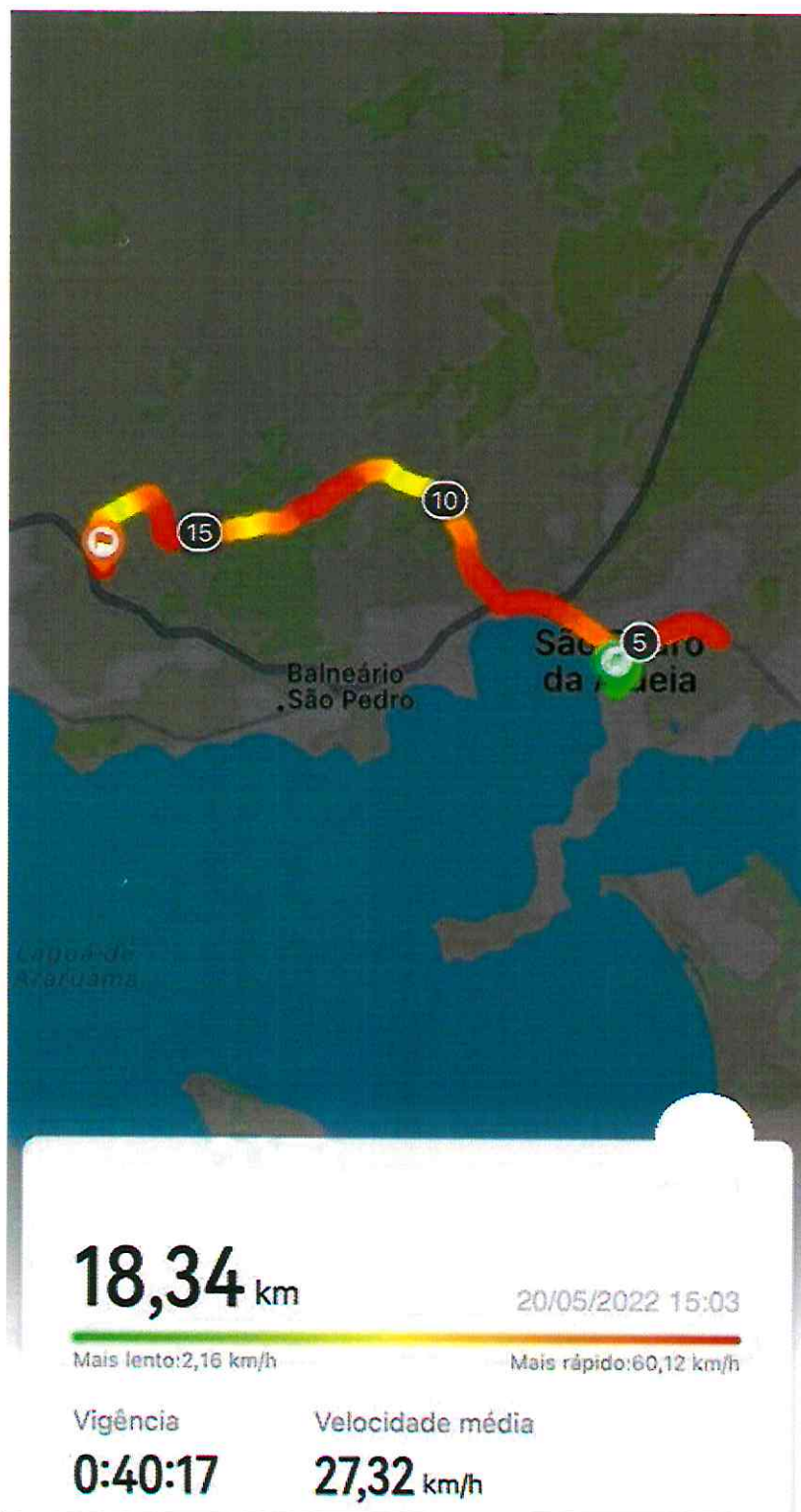
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

518 São Pedro x Saepatiba Mirim II

IDA

PMSPA
Proc. N° 6754
Folha N° 87
Rubrica



Handwritten signature

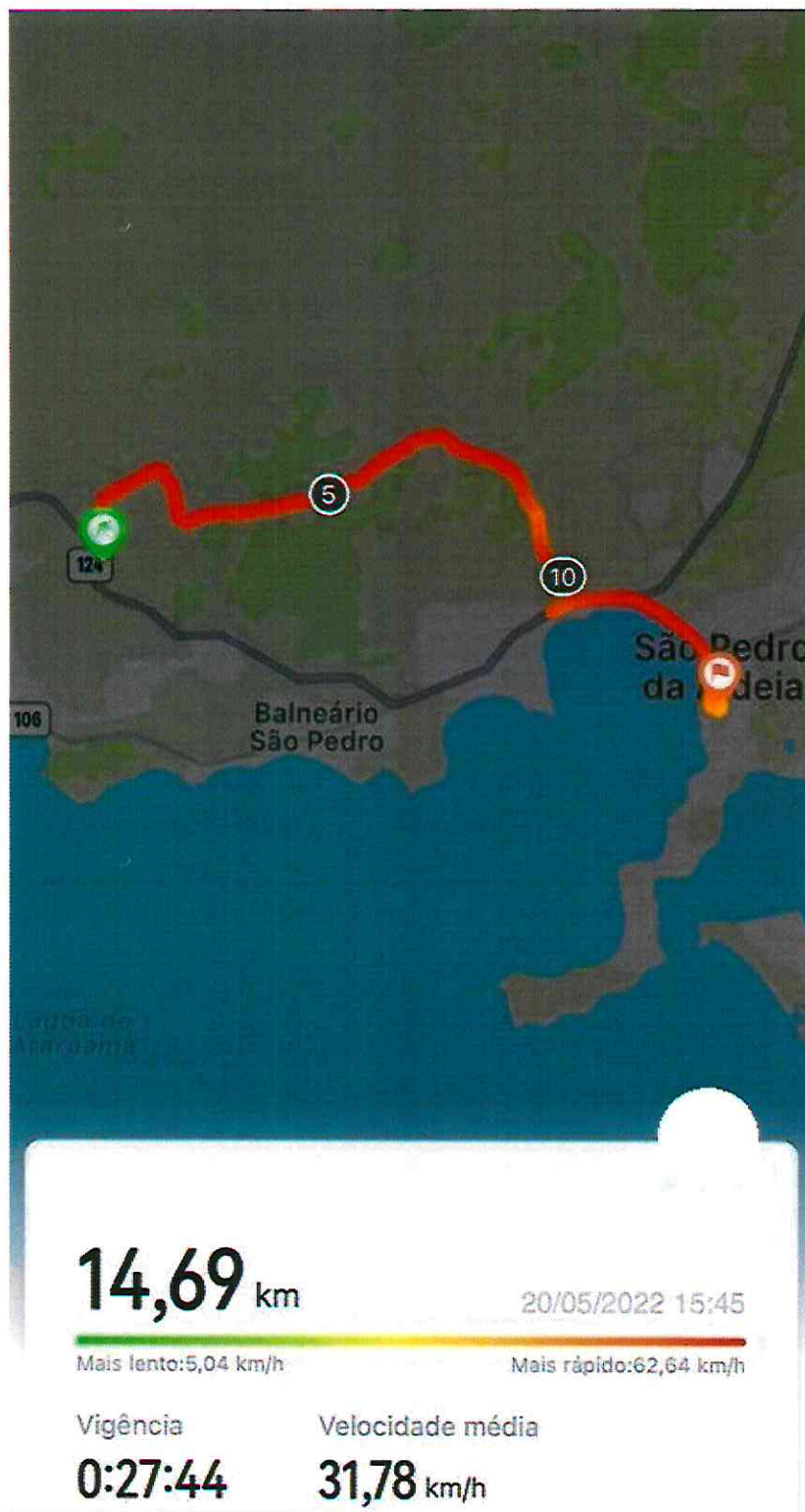


ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

VOLTA

PMSPA
Proc. N° 6756
Folha N° 68
Rubrica





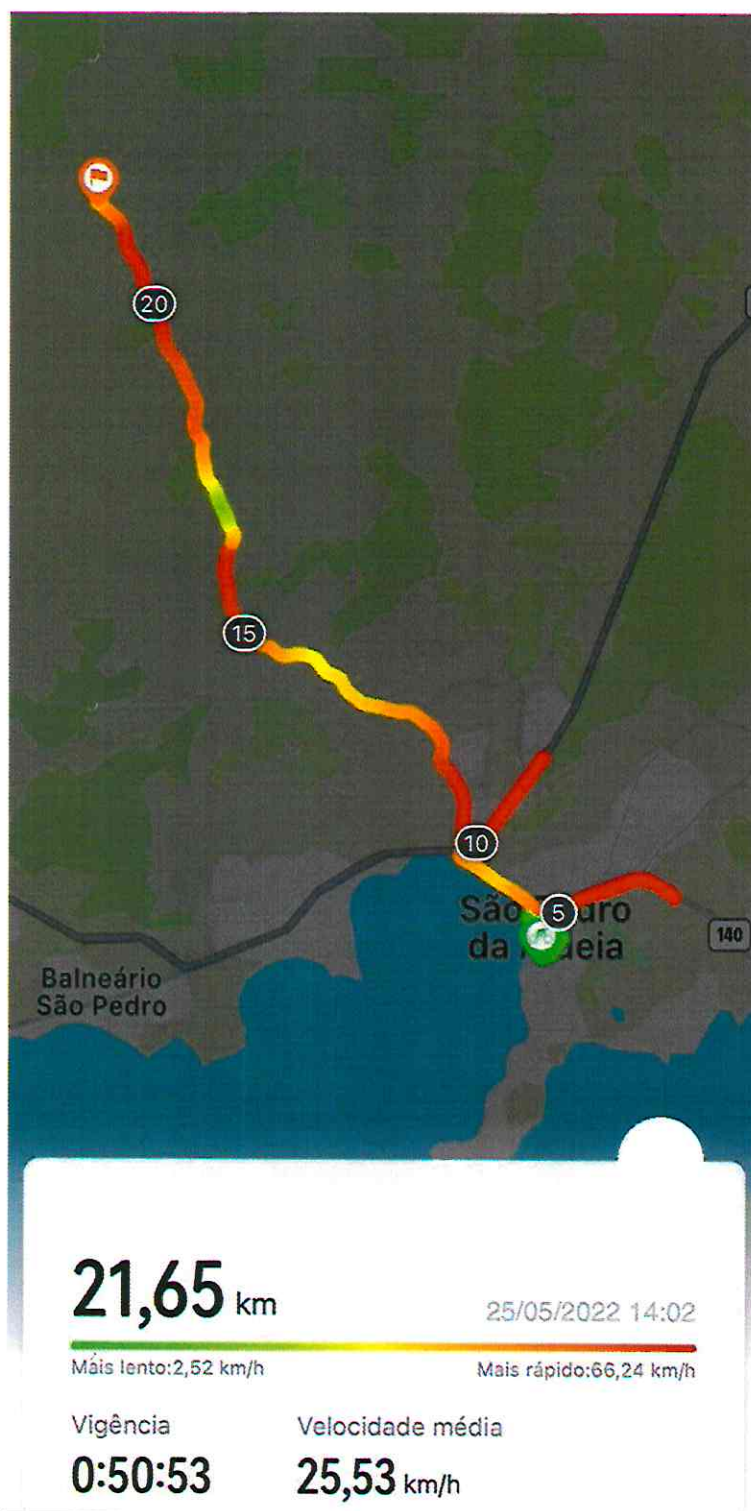
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

516 São Pedro x Farmácia Velha

IDA

PMSPA	
Proc. N°	6754
Folha. N°	62
Rubrica	



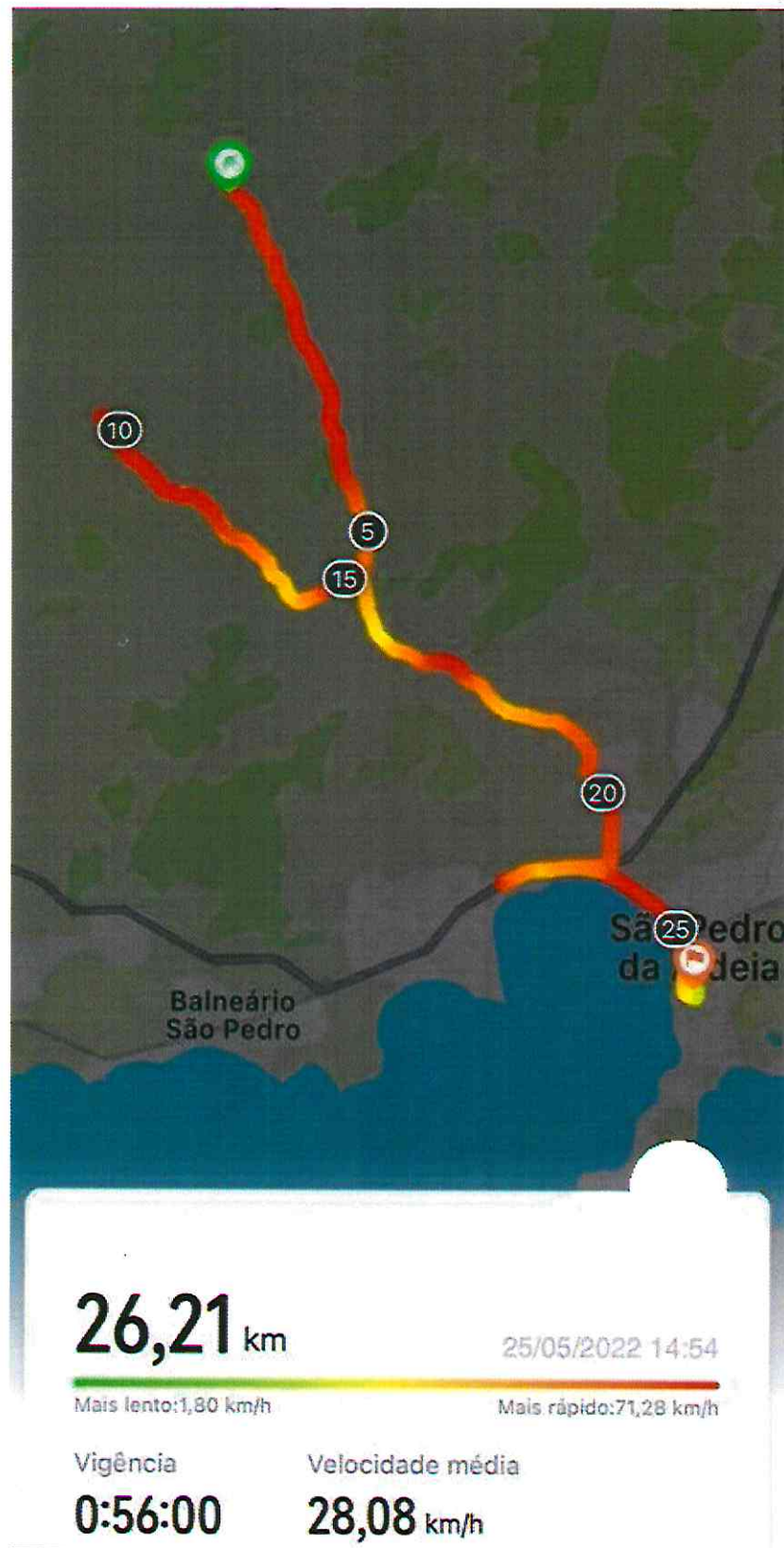


ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

VOLTA

PMSPA	
Proc. N°	6754
Folha N°	70
Rubrica	<i>[assinatura]</i>



[assinatura]



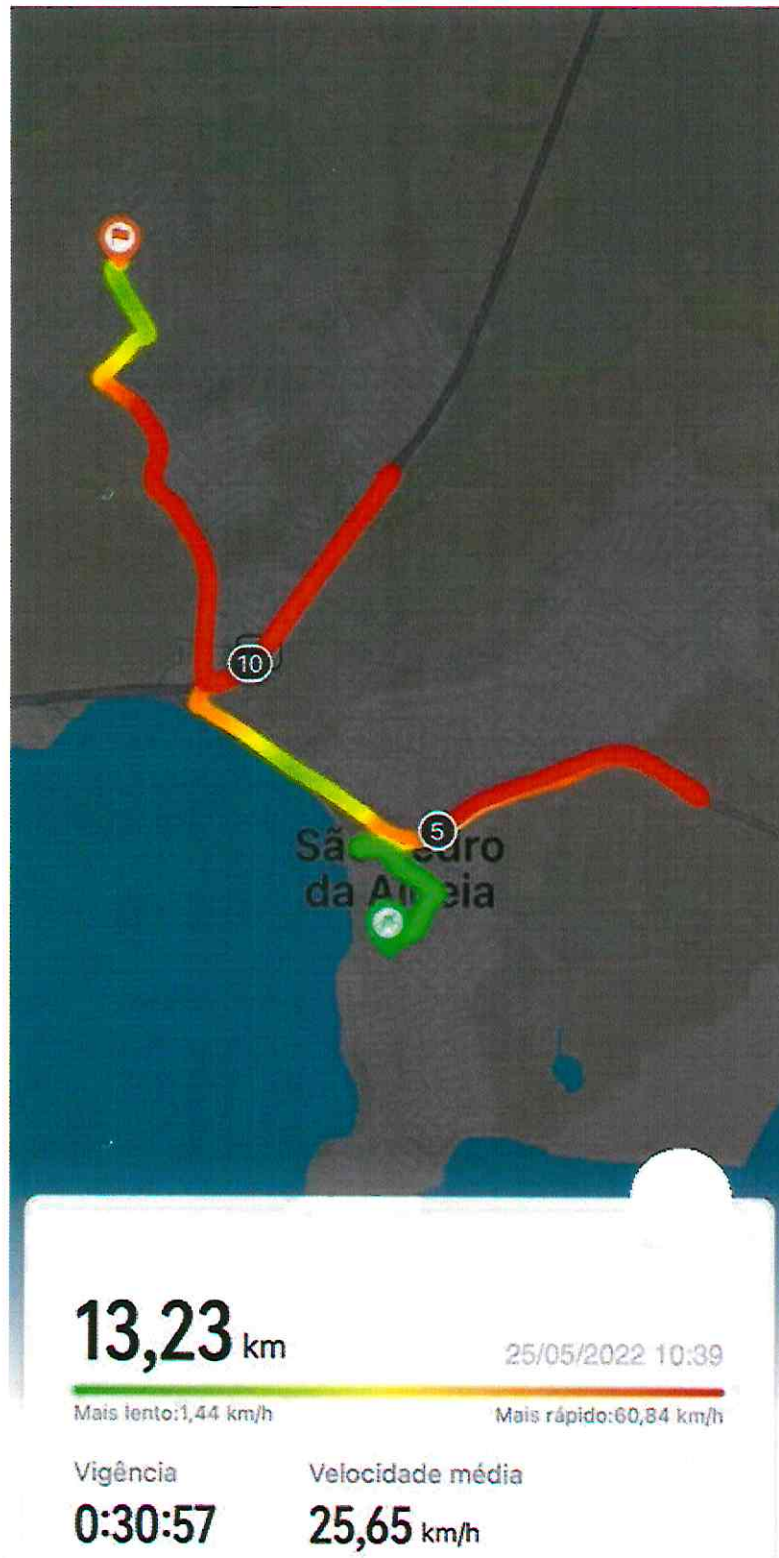
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

RUA DO FOGO

IDA

PM SPA	
Proc. N°	6754
Folha N°	71
Rubrica	



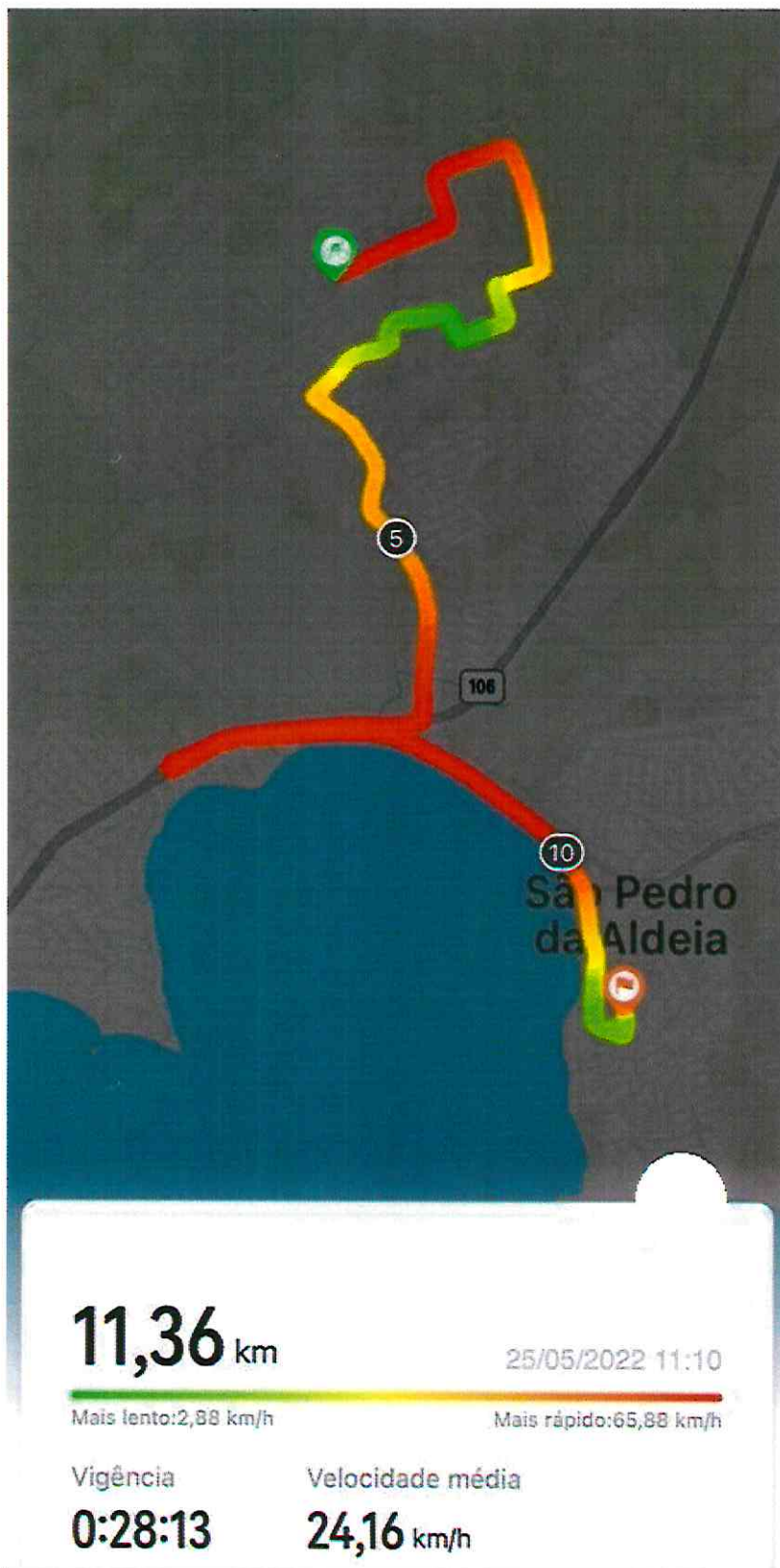


ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

VOLTA

PMSPA	
Proc. N°	6759
Folha N°	72
Rubrica	<i>[assinatura]</i>



[assinatura]



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

LINHAS	FROTA
Baleia x Base (501 SUDOESTE X BOA VISTA) c/ar	02 ÔNIBUS
502 São Pedro x Três Vendas	
504 São Pedro x Alecrim c/ar	02 ÔNIBUS
505 São Pedro x Retiro c/ar	01 ÔNIBUS
São Pedro x Bairro São João c/ar	01 ÔNIBUS
510 São Pedro x Balneário das Conchas E PRAIA LINDA c/ar	02 ÔNIBUS
520 São Pedro x Jardim Primavera c/ar	01 ÔNIBUS
519 São Pedro x Botafogo c/ar	01 ÔNIBUS
518 São Pedro x Sapeatiba Mirim II s/ar	01 ÔNIBUS
517 São Pedro x Sergeira	
516 São Pedro x Farmácia Velha * s/ar	01 ÔNIBUS
514 São Pedro X Rua do Fogo c/ar	01 ÔNIBUS
TOTAL	13 ÔNIBUS

* FARÁ EXTENSÃO PARA TRÊS VENDAS E SERGEIRA

P M S P A
Proc. N° 6756
Folha N° 73
Rubrica

gyl